

50

*Tellus*

## *Tellus n.º 50*

*Trata-se de um preconceito como outro qualquer, mas a verdade é que sobrevalorizamos certos números, como se neles residisse alguma propriedade especial que uns tenham, outros não – tirante a quantidade propriamente dita que eles significam, naturalmente.*

*No plano pessoal e familiar, celebramos bodas de prata aos 25 anos, bodas de ouro aos 50, bodas de diamante aos 75. E só não inventámos outra qualquer designação para as ditas bodas porque as mesmas, hélas!, estão dimensionadas à escala da vida humana, e raro e afortunado é aquele que chega a cumprir bodas de diamante.*

*Quanto à história, pontuamo-la com centenários e sesquicentenários, milénios e sesquimilénios. Nunca comemoramos os 37 anos, por exemplo, de qualquer coisa; fizemo-lo nos 25 e esperamos pelos 50 para o voltar a fazer. E mudamos de século a cada cem anos.*

*No que toca a publicações, seguimos praxes semelhantes: festejamos os números ditos redondos – e por esse motivo aqui estamos a chamar a atenção para o facto de o Leitor ter nas mãos o n.º 50. Não o fizemos no n.º 49 nem o faremos, decerto, no n.º 51. Mas fazemo-lo no n.º 50. E porque não?*

*Cumpra-se pois a tradição e aproveite-se este momento de alguma festa para recordar aos nossos Leitores a aventura que é manter com alguma regularidade a publicação de uma “revista de cultura trasmontana e alto-duriense”. Isto é: uma revista que, dentro da humildade dos seus meios, procura estudar, divulgar, valorizar e promover o nosso património, a nossa história, a nossa etnografia – numa palavra, a nossa identidade.*

*Aventura, porque implica uma teia de colaboradores – todos benévolos –, que nem sempre têm tempo ou disposição ou matéria para alimentar a sofreguidão destas páginas. Em contrapartida, felizmente, nunca a Câmara Municipal de Vila Real nos regateou o cum quibus, e a revista, discreta embora nas suas dimensões e objectivos, tem sido capaz, de 1997 para cá, de atingir a meta proposta: dois números por ano. (Haverá seguramente quem diga que dois números por ano é uma performance relativamente modesta. E pode ser que seja. Mas di-lo-ão sobretudo aqueles que nem capacidade teriam para fazer um número a cada vinte anos.)*

*A aventura começou em 1978, no âmbito do que então se chamava Núcleo Cultural Municipal – uma espécie de braço cultural da Autarquia, que reunia homens de boa vontade e vocação de cultura, aos quais se ficaram a dever algumas realizações notáveis. Já lá vão mais de trinta anos. É certo que, ao longo da sua história, Tellus conheceu longos períodos de hibernação: como se estivesse a cismar sobre que espécie de revista queria e devia ser. Mas a centelhazinha que se acendeu no momento da sua criação nunca se apagou de todo. E agora podemos dizer com algum orgulho que desde 1997 que entrámos em velocidade de cruzeiro, e assim pretendemos continuar. Assim os nossos colaboradores o queiram como quer*

O Director.

# Eurico Figueiredo, “Guerrilheiro sentimental”

*António Barreto*

*“Com saudades do exílio”!* Foi com esta dedicatória que o Eurico me ofereceu um exemplar do seu livro. Devo dizer, fiquei minutos parado a olhar para esta frase. Parece absurdo. Ou mentira. Ou romantismo barato. Não é uma coisa, nem outra, nem aquela outra. É muito sério. Também já me aconteceu ter saudades do exílio!

Esta frase obriga-nos a duas reflexões. A primeira: não estamos bem aqui; ou não estamos sempre bem; ou não estamos tão bem quanto imaginávamos há trinta anos. É, em parte, natural. Nunca estamos tão bem quanto gostaríamos. Mas também quer dizer que o nosso país não está bem. Depois de grandes mudanças, de desenvolvimentos notáveis, de melhoramentos indiscutíveis, vimos descobrindo, há dez ou quinze anos, que há esgotamento de energias, que persistem males na sociedade difíceis de resolver, como a demagogia, a corrupção, ou, simplesmente, noutro registo, o atraso e a ignorância.

A segunda reflexão: os tempos de exílio, apesar das saudades, apesar das dificuldades, foram bons. Talvez não para toda a gente. Mas, para muitos, foram anos bons. Para mim, foram. Para o Eurico, foram. É verdade que nos sentíamos sempre diminuídos na condição de estrangeiro ou imigrante, nunca éramos realmente iguais em tudo a todos. Mas aprendemos, vimos, falámos e pensámos como nunca o teríamos feito em Portugal. Se eu voltasse atrás, sei hoje que poderia alterar ou trocar muito ou algo do que vivi. Mas o exílio, não! A ponto de ainda hoje, nos piores momentos da nossa vida colectiva, eu pensar e dizer que “se

fosse mais novo, voltava a partir”! Pergunto-me se o Eurico não pensa a mesma coisa de vez em quando.

Estas histórias do Eurico, aquelas que são mais propriamente sobre exilados políticos, têm um enorme mérito: não mostram o exilado como vítima nem como herói! Houve vítimas, houve pequenos heróis, por uma ou outra razão. Mas o pior, nestas e noutras coisas, é depois tirar partido, tentar ganhar reputações póstumas ou posteriores. Houve vítimas da repressão, da tortura e da prisão. Também houve vítimas da exploração e da xenofobia. Mas, falar disso tudo, mais tarde, com a intenção de se valorizar ou de obter recompensas, é detestável. Neste livro, Eurico nunca o faz. Olha para aqueles exilados políticos e emigrantes económicos com ternura e realismo, mas também com uma intensa ironia. Neles, procura a malandrice, o expediente, o acaso. Sem esquecer que a decisão de emigrar ou de se exilar tem, muitas vezes, outras circunstâncias: um erro, uma traição, um amor, a vontade de viver livre, a procura de melhor emprego ou um acaso. Naqueles tempos, para mim, normal era querer fugir, querer viver, querer conhecer. Estranho era ficar resignado, deixar-se abafar, contentar-se com a tristeza reinante.

Este livro parece ser de memórias e de autobiografia, mas não é uma coisa nem outra. Apesar de sabermos que estão aqui memórias e pedaços de biografia.

Estas histórias não são verdadeiras memórias, não tem nomes verdadeiros, nem de pessoas, nem de sítios. Não se sabe o que é ficção, especulação, real ou arranjado. De qualquer maneira, para algumas pessoas, são memórias “à la clef”, com uma espécie de código críptico só para uns. Como se fazia por vezes no século XIX. E raramente hoje. Algumas destas histórias, conheço-as no essencial, consigo colocar nomes e sítios onde estão os disfarces.

A este propósito, não podemos deixar de, uma vez mais, nos queixarmos desta nossa sina que é a de termos poucas memórias, poucas biografias e poucas recordações ou autobiografias. É grande a pobreza de recordações em Portugal. Sinceramente, nunca soube exactamente porquê. Os portugueses têm vergonha do que foram? Mentiram e não querem reconhecer? Guardam os segredos e as vidas para a confissão católica? Têm medo de ferir outros? Não querem desgostar? Esperam sempre alguma coisa de outros?

Sobre algumas das situações a que Eurico alude aqui (emigração, exílio, clandestinidade e guerra colonial), existe uma literatura paupérrima. Só agora, começaram a aparecer alguns livros sobre a guerra do Ultramar. Sobre a vida na emigração, ainda menos. Sobre a clandestinidade, quase nada. Sobre o exílio, igualmente. Parece que os portugueses têm medo da memória!

**Quanto ao livro.** Quero realçar o estilo seco, enxuto, factual, sem pieguice. Com uma dualidade surpreendente. Nos temas mais urbanos, mais cosmopolitas,

Eurico escreve como um urbano, um cosmopolita. Nos temas e situações mais populares, mais rústicos, Eurico consegue trazer até nós uma linguagem rústica, antiga, sem o fetichismo de alguns escritores useiros deste método, como Aquilino. E sem a plethora de arcaísmos e coloquialismos rústicos que, para muitos escritores, é uma tentação irresistível, mas que acaba quase sempre mal. Eurico evita esse deslize com sabedoria.

Estas são histórias de um país pobre e abafado, da vontade de partir ou da necessidade de fugir. Por causa da guerra, da polícia, da liberdade, do dinheiro, dos empregos e dos amores.

Muitos dos que queriam viver tinham de partir. Sobretudo os que queriam escapar à sua condição de pobres, de ignorantes e de submissos.

Este material poderia ser matéria-prima para um livro neo-realista, choramingas, mas, neste caso, não é. Entre o realismo seco e factual e uma enorme ternura contida, Eurico conta as suas histórias.

**Conheci Eurico** há quase sessenta anos! Tantos! Aqui mesmo, em Vila Real. Ele é mais velho. Creio, aliás, que é a primeira vez que nos encontramos de novo em Vila Real, quase 50 anos depois!

Sempre olhei para ele como olham os mais novos: para perceber, para aprender, para eventualmente copiar. No princípio, ele não me ligava nenhuma! Era mais velho, devia achar que eu era um puto provinciano.

Ele ia para Lisboa. Ser ele estudante na capital aumentou a minha curiosidade. Queria saber dele, mas queria saber de Lisboa, da universidade, da capital, das raparigas, da intriga e da política. Quando vinha a férias a Vila Real, procurava-o. Bebíamos copos, falávamos. Passeávamos na Avenida, quando havia Avenida! Nessa altura, já me ligava. Parece que tinha prazer em ajudar-me a abrir os olhos.

Cedo comecei a fazer perguntas sobre a política, o comunismo, o socialismo, a democracia. Falava-me como falam os mais velhos, com o sentimento de estar a ensinar, devagar, com cuidado, mas aberto.

Uma altura houve mesmo em que o Governador Civil me chamou ao seu escritório e me avisou: “Andas de mais com o Eurico Figueiredo! Olha que ele não é boa companhia”! Foi quanto bastou para eu ver aumentar a minha curiosidade e o acompanhar ainda mais.

Depois, encontrei-o em Coimbra, vinha ele quase deportado de Lisboa, impedido de continuar naquela universidade. Foi um ano difícil, o de 1962 para 1963. O governo fechou a Associação Académica. Fazíamos política e resistência como podíamos. Alturas houve em que dezenas de estudantes estavam presos. Foi um ano de chumbo, mais um.

Ao fim desse ano, fugi eu para a Suíça. Poucos anos depois, chegava ele.

Primeiro em Lausana, depois em Genebra. Dias depois de ele chegar, já estava metido em mil actividades, fundou um Secretariado dos Estudantes no exílio, organizou um encontro, criou uma organização, à frente da qual lhe sucedi uns anos depois.

Em sessenta anos, houve períodos de grande intimidade, de actividades comuns e também de distância. Curiosamente, estive duas vezes no Parlamento, mas ele não estava. Ele esteve igualmente duas vezes, mas eu não estava. Mais desencontros. Mas tenho para mim que ele faz parte da minha vida. E, para isso, não há distâncias nem separações.

# Uma evocação singela de Manuel Hermínio Monteiro

*Celestino José Fernandes da Silva*

Para que o letargo público não apague a recordação, evoco aqui uma personalidade excepcional para quem a poesia era sinónimo de criação. Manuel Hermínio da Silva Monteiro, de seu nome, foi um intelectual de ânimo extraordinário, de uma inteligência invulgar, com uma enorme dimensão comunitarista e de generosidade.

Nasceu em Parada de Pinhão a 10 de Setembro de 1952, aí perfez a sua instrução elementar, prosseguindo estudos no Colégio dos Salesianos em Arouca, onde permaneceu durante dois anos lectivos. Continuou a sua preparação escolar em Mogofores, próximo de Coimbra, finalizando aí o 5.º ano do liceu. Concluiu o 7.º ano do curso geral dos liceus no Colégio Almeida Garrett, no Porto. Seguiu para a capital e matriculou-se na Faculdade de Direito, quando a poesia manifestamente marcava a sua existência, pois como dizia «*os poetas que lia mais, Teixeira de Pascoaes, António Patrício, e alguns simbolistas, eram todos licenciados em Direito*»<sup>1</sup>. Mas a musa que o seduziu foi Clío e concluiu a licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Era dotado de uma memória prodigiosa, própria dos melhores historiadores. Nunca negou as raízes, a sua família, as origens. Orgulhava-se de ser transmontano de Parada de Pinhão. Graças a ele a Associação Social Cultural

---

<sup>1</sup> Câmara Municipal de Lisboa/ Comissão de Toponímia – *Hermínio Monteiro, 1952-2001, editor*, Lisboa, Abril, 2005, p.3.

Recreativa e Desportiva de Parada de Pinhão tem sócios de nomeada, como os poetas José Alberto Oliveira e Tolentino de Mendonça, que trouxe à sua terra natal, onde, nas suas palavras, teve «*a felicidade de ter (tido) uma infância completamente rural*»<sup>2</sup>.

Era um lutador com uma vontade e uma disciplina indómitas. Entrou na editora Assírio & Alvim como vendedor, em 1975, num momento em que a empresa estava prestes a falir. A nova “Assírio” nasceu da sua iniciativa empreendedora. Assumiu a direcção em 1983, envolvendo-se na sua revitalização com um novel rumo editorial, que pela sua capacidade de inovação, se comprovou excepcional. Assim sucedera com a publicação da obra literária de António Maria Lisboa, já com a sua colaboração em 1978, à qual se seguiram as de Herberto Helder e de Mário Cesariny e também as de Mário de Sá-Carneiro, Teixeira de Pascoaes, António Patrício, Rúben A. ou Ângelo de Lima. Foi também nesse ano que conheceu Manuela Correia, com quem viveu até ao seu passamento ao oriente eterno.

Em 1993 foi agraciado como Comendador da Ordem do Infante D. Henrique, pelo Presidente da República Mário Soares. Nos anos 90 a “Assírio” assegurou a publicação da obra completa de Fernando Pessoa. A herdeira de Pessoa explicou a escolha «*por ser esta a editora que melhor tratava a poesia*»<sup>3</sup>. E o exemplo acabado vem da melhor antologia universal de poesia, “*A Rosa do Mundo 2001 Poemas para o Futuro*”, direcção editorial de Manuel Hermínio Monteiro e organização de Manuela Correia; edição de PORTO 2001 e Assírio & Alvim.

Mas o Hermínio tem obra dispersa em revistas literárias e de cultura, tais como a “A ideia anartista”, “Sema”, “Loreto 13”, “Via Latina”, (Maio de 1991, publicada pela DG da AAC), encontrando-se a maior parte da sua obra poética por editar. Em 1977 pela sua poesia “*Ermonte*” recebeu uma menção honrosa, no Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes, atribuído pela SEC. A edição da sua obra em prosa já começou com “*Urzes*”, numa colecção de “O Independente”, com a colaboração de Manuela Correia. São abundantes as entrevistas concedidas desde “*O Independente*”, ao “*DNA*”, suplemento do “*Diário de Notícias*”, ao jornal “*Sabro*” da Escola Miguel Torga-Sabrosa, e como se conta no “*Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*” coordenado por Barroso da Fonte, “*foi entrevistado por diversas ocasiões pela maioria da imprensa falada e escrita portuguesa e por alguns dos principais jornais europeus e brasileiros*”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Câmara Municipal de Lisboa/ Comissão de Toponímia – *Hermínio Monteiro, 1952-2001, editor*, Lisboa, Abril, 2005, p.4. ver também uma versão sucinta em [www.cm-lisboa.pt/](http://www.cm-lisboa.pt/).

<sup>4</sup> FONTE, Barroso da (coordenador), *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, Editora Cidade Berço, Guimarães, vol.I. In [www.douropress.pt](http://www.douropress.pt).

Era também um colosso de vivências intensíssimas, um imaginativo tão original quanto possível. Pelo 25.º aniversário da Assírio & Alvim realizou o projecto levado a cabo em conjunto por Rodrigo Leão, Gabriel Gomes e que resulta dum encontro inédito e feliz entre a música e a poesia em “*Os Poetas – Entre nós e as palavras*” e levou avante a iniciativa “Poemas em movimento” que ilustraram o exterior dos autocarros da Carris.

Como epicurista não prescindia da amizade, da conversa e da fina ironia. Partilhava os livros, o prazer de viajar, dos espaços de referência cultural e social, de bem comer e beber melhor desde o restaurante “Papa-Açorda” no Bairro Alto à Maria Rita em Jerusalém de Romeu. Era confrade da Confraria dos Enófilos e Gastrónomos de Trás-os-Montes e Alto Douro, e sobre a gastronomia deixou-nos legados notáveis nas revistas “*Visão*”, “*Epicur*” e nos “*Culinários*” (calendários com propostas gastronómicas). Defensor do património cultural e natural do país participou no Movimento de Salvaguarda das Gravuras do Vale do Côa e foi sócio do movimento ADRIP, Associação de Defesa Reabilitação Salvaguarda e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela, no Algarve.

Mas a sua existência era também muito cosmopolita. Lançou, na sua editora de sempre, a colecção “*Rei Lagarto*” dedicada à música, dirigiu a revista “*MetropoLIS*” no âmbito de Lisboa Capital Europeia da Cultura, fundou a Associação Cultural Saldanha, com uma “cultura underground”, e de debate das grandes questões sociais na era da globalização. Criou a “Assírio Líquida”, o primeiro bar-livraria no Bairro Alto. Foi um dos fundadores do “Movimento do Partido da Terra”.

Em 1986 lançou e dirigiu a revista “*A Phala*”, concebida para veicular o espírito muito próprio da editora da qual se destaca: “*A Phala: Um Século de Poesia (1888-1988)*”. No ano de 1988 é dedicado a Mário Cesariny um número especial d’ “*A Phala*”, com textos de Herberto Helder, João Miguel Fernandes Jorge, Joaquim Manuel Magalhães, Ernesto Sampaio, Fernando Pinto do Amaral e Manuel Hermínio Monteiro<sup>5</sup>. Criou na “Assírio”, na rua Passos Manuel, um espaço (galeria) de arte, pelo qual passaram vários artistas plásticos e fotógrafos. Dinamizou as livrarias nos cinemas King, de Lisboa, e no Porto, organizando lançamentos de livros, exposições, encontros, debates, espectáculos musicais e performances. Esteve envolvido em muitos outros projectos sendo inclusive autor de programas radiofónicos (com João David Nunes) e comentador na Antena 1, e autor de programas televisivos (com Nuno Artur Silva, Margarida Gil e Raúl Solnado). Prefaciou livros e escreveu textos para catálogos de exposições. Manuel Hermínio Monteiro escreveu, a título de exemplo, o texto «Sonhos em febre»,

---

<sup>5</sup> [www.perve.org.pt](http://www.perve.org.pt).

abrindo o quinto capítulo da obra de BD «Lua Negra» de Terry Morgan<sup>6</sup>.

Foi fundador com Miguel Esteves Cardoso, e colaborador, da “*Revista K*”, assegurando a coluna de ligação ao país em “*Cartas da Província*”. Colaborou regularmente na revista “*Ler*”, fez parte do conselho editorial da revista “*Espacio/ Espaço Escrito*”, de Badajoz. Entrou na criação da revista hispano-americana de poesia “*Hablar/Falar de Poesia*”, fazendo parte do conselho de redacção. Colaborou com colunista no semanário “*O Independente*”, o “*Jornal de Letras*”, “*Douro-net*”, Revista “*Barata*”, o jornal “*La Vanguardia*”, versando temas desde a poesia, a música, a pintura, escultura, fotografia e cinema (como crítico de cinema). «*Participou em jornadas sobre a cultura portuguesa nomeadamente em Palma de Maiorca, em Bordéus e Roterdão*» como se relata no “*Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Durienses*”<sup>7</sup>. Integrou a comitiva dos convidados do Presidente da República, Jorge Sampaio, na sua primeira visita oficial a Espanha.

Aquando do seu passamento em 3 de Junho de 2001, não houve meio de comunicação social nacional que não se lhe referisse. De Alexandra Lucas Coelho o artigo “*O Amor Todo*”, onde nos sensibiliza assim: «*O Hermínio. Trazia o coração nas mãos e dava-as, como uma criança enorme, quando encontrava os amigos. A apertá-los muito nos braços. A ver o melhor neles. A levá-los ao melhor. A escrever, a traduzir, a cantar, a dançar, a comer, a beber. Uma força viva, íntegra. Tão em festa entre ervas e pássaros como no grande crepúsculo das cidades*»<sup>8</sup>.

“O Emigrante/ Grande Mundo Português”, assinala «2001 – 3 de Junho – Morre, em Lisboa, o editor Manuel Hermínio Monteiro, 48 anos, dirigente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, director da Assírio e Alvim»<sup>9</sup>.

Em 30/06/2001 foi realizada em sua memória o suplemento “*Mil Folhas*” do jornal “*Público*”<sup>10</sup> com preito de 48 personalidades públicas da cultura. Destaco aqui com referência a Trás-os-Montes o texto de Francisco José Viegas: “*Quem Fica (homenagem a Manuel Hermínio Monteiro) Trás-os-Montes, uma estrada no meio dos bosques*»<sup>11</sup>.

Na Madeira um poema (Ode a Manuel Hermínio Monteiro) inédito de José António Gonçalves «*Coisas incríveis*» parafraseando MHM «*Escrevo coisas*

<sup>6</sup> MORGAN, Terry - Lua Negra/ Dark Moon, Assírio e Alvim, 2000 (Portugal), 200 pp., cartonado, (com textos de vários autores), citado em [www.citador.pt](http://www.citador.pt).

<sup>7</sup> FONTE, Barroso da (coordenador), *Dicionário dos mais ilustres Trasmontanos e Alto Durienses*, Editora Cidade Berço, Guimarães, vol.I. In [www.douropress.pt](http://www.douropress.pt).

<sup>8</sup> *Público*, 04-06-2001, Ano XII, N.º 4094, pp. 38-40.

<sup>9</sup> [www.mundoportugues.org/](http://www.mundoportugues.org/).

<sup>10</sup> Agradeço o envio do suplemento ao meu amigo e cúmplice na literatura, Dr. Nuno Guerreiro Martins.

<sup>11</sup> *Público* Suplemento “*Mil Folhas*”, 30-06-2001, p. 03, ver também em [www.bragancanet.pt](http://www.bragancanet.pt). Texto de Francisco José Viegas (*Expresso*). Fotografias de Rui Ochôa.

*incríveis. Só que não as escrevo. É como se as escrevesse, andam assim por dentro*»<sup>12</sup>.

No nosso Trás-os-Montes e Alto Douro o jornal “*Sabro*” da Escola Miguel Torga – Sabrosa, n.º 38, rendeu-lhe tributo. A revista “*Eito Fora*” do n.º 18, em Julho de 2001, dedica-lhe também o seu editorial<sup>13</sup> citando Hermínio: «*Com um pequeno gesto os poetas soltam o seu pólen que, levado pelas palavras, vai eternamente fecundando os arcos da beleza que erguem o universo e o põem em comunicação com Deus.*»<sup>14</sup>. Ribeiro Aires destina-lhe a sua coluna “*Protagonistas*” no semanário “*Notícias de Vila Real*” em 01/07. Em 19/07 Levi Leonido publicou na “*Voz de Trás-os-Montes*” um sentido “*Adeus a Manuel Hermínio da Silva Monteiro...*”.

Em 23 de Julho: «*O Ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, que ontem presidiu à sessão de entrega do Prémio D. Dinis, [ao poeta Gastão Cruz] acha que isso não é suficiente, considerando que um poeta vive também dos bons editores que tem. E o livro «Crateras», bem como outras obras do mesmo autor, teve essa «sorte», ao ser editado pela Assírio & Alvim, uma editora que é em si mesma «uma marca de qualidade que nos serve como a melhor garantia no momento de comprar e consumir um bem cultural como um livro e, em especial, um livro de poesia», sublinhou o ministro, homenageando o recentemente falecido Manuel Hermínio Monteiro*»<sup>15</sup>. Em 10 de Setembro de 2001 teve lugar no Fórum Lisboa a actividade, com concepção do projecto por Manuela Correia, denominada «*Hermínio-Homenagem*».

Em 03/06/2002, um ano após o seu óbito, teve lugar a homenagem “*Uma Rosa para o Hermínio*” no Porto, na Biblioteca Almeida Garrett. Em 19/06/2004 Eduardo Prado Coelho relembra Hermínio Monteiro em “*O chapéu-de-chuva de Ruy Belo*”, no “*Público*”. Na “*Voz de Trás-os-Montes*” de 05/05/2005, Levi Leonido, de modo desassombrado, deu à estampa o artigo «*Lisboa homenageia o paradense Hermínio Monteiro*”. A Junta de Freguesia de Parada de Pinhão (em 2001) e depois a Câmara Municipal de Lisboa (em 22/04/2005), que editou uma fecunda biografia da autoria da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa, intitulada “*Hermínio Monteiro, 1952-2001, Editor*” perpetuam o seu nome na sua toponímia.

Em 2006, foi dedicado a «*Manuel Hermínio Monteiro, Senhor da poesia e literatura, grande impulsor da Editora Assírio e Alvim que tanto lutou por mostrar aos Portugueses o tesouro a que todos pertencemos*», um Livro de Notas,

<sup>12</sup> GONÇALVES, José António - [members.netmadeira.com/jagoncalves/calendario.htm](http://members.netmadeira.com/jagoncalves/calendario.htm).

<sup>14</sup> In [www.trasosmontes.com/eitofora/numero18/editorial](http://www.trasosmontes.com/eitofora/numero18/editorial).

<sup>15</sup> Espigueiro - Central de Informações Regionais, 23-07-2001© 1999-2003.

cujo texto o parafraseia «O tempo tem as suas árvores, são elas que informam os livros»<sup>16</sup>.

José Mário Silva escreve sobre a herança de Hermínio à “ Assírio” «Ao mesmo tempo que a Assírio & Alvim inicia um novo ciclo da sua existência, com redobrado fôlego e a muito aguardada remodelação do sítio, que passa a albergar uma livraria online e um blogue, o projecto liderado por Manuel Rosa recupera uma das ideias mais fortes que Manuel Hermínio Monteiro deixou na sua marcante passagem pela editora»<sup>17</sup>.

Mais, rememoro os seus desígnios de edificação de uma Casa da Poesia, justamente depois denominada Hermínio Monteiro, no âmbito da Associação Rosa do Mundo. Existe para este espaço um anteprojecto do arquitecto Souto Moura. A Associação fomentará todo o tipo de relações com instituições congéneres como a Casa Fernando Pessoa e a Fundação de Serralves. Dinamizará a Casa, para o efeito Manuela Correia comprou a Quinta da Fonte em Parada de Pinhão, provavelmente em ligação com o Ministério da Cultura, a UTAD, a Câmara Municipal de Sabrosa, o Espaço Miguel Torga e a Junta de Freguesia de Parada de Pinhão. Está em esboço um projecto de escultura de homenagem à poesia, da autoria de Gracinda Marques. A Assembleia de Freguesia de Parada de Pinhão atribuiu uma verba para que o monumento seja erigido. Por razões diversas, nada parece sair do papel.

Seria necessário que os amigos de todas as horas dessem as mãos numa cadeia de solidariedade com Manuela Correia, Graça Morais, Artur dos Santos Silva, Pacheco Pereira, Sérgio Godinho, Rodrigo Leão, Julião Sarmiento, Clara Ferreira Alves, Perfecto Quadrado, Teresa Patrício Gouveia, Enrique Vila-Matas, Augusto Macedo, Leonido Augusto da Silva, etc., para que se cumpram muitos dos venturosos propósitos de edição da sua obra, e a concretização dos seus projectos que deram vida à Associação Rosa do Mundo.

*Parada de Pinhão, 4 de Fevereiro de 2008*

---

<sup>16</sup> [www.criarte.pt](http://www.criarte.pt).

<sup>17</sup> SILVA, José Mário - *A Invenção de Morel* em [morel.weblog.com.pt/](http://morel.weblog.com.pt/), 8/04/2007.

## O Bairro de Santa Margarida (2) — Fotografias de Duarte Carvalho

Depois de nos ter dado, no n.º 48 desta Revista, uma galeria impressionante de pessoas que habitam ou habitaram o Bairro de Santa Margarida – surpreendidas nos seus afazeres e lazeres diários, Duarte Carvalho volta àquele que é um dos seus motivos favoritos como fotógrafo. Desta vez, porém, as pessoas ficam em segundo plano. Desta vez, são as casas, isoladas ou em conjuntos harmoniosos, os telhados aconchegados uns aos outros, as portas e varandas, os pormenores de arquitectura ou decoração, o trabalho do ferro e da madeira, que lhe atraem a objectiva.

Embora parecendo que não, esta segunda série de fotografias (captadas em 2002) sobre o Bairro de Santa Margarida é afinal um prolongamento da primeira: não estão as pessoas, mas está o trabalho das pessoas ao longo dos séculos. Por trás de um simples detalhe duma varanda, está a pessoa que o concebeu e a que o materializou e a que o fruiu. Por isso, diremos que, mesmo sem mostrar rostos humanos, estas fotografias é também de pessoas que falam.

Duarte Carvalho é o fotógrafo que eu gostaria de ter sido: atento, oportuno, sensível. Discreto. Artista. Capaz de fazer de cada fotografia uma tela ou um documento. Com um tocante engodo pelo humano e pelo tradicional. Disponível. Nos dias que correm, o fotógrafo de Vila Real. Não vejo outro.

*P.C.*

















# Thomas Bunbury

## — Memórias de Vila Real (1814-1816)

*Elísio Amaral Neves*

Há quem tenha aproveitado a passagem do Bicentenário das Invasões Francesas para discutir, muito oportunamente, a devolução do património cultural então roubado, independentemente dos esforços, numa pequena parte coroados de êxito, empreendidos na época pelo Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, através da perseguição das colunas militares que deixavam o nosso território e se sabia escoltarem carroças carregadas de valores, resultantes de sucessivas pilhagens.

São más memórias.

Mas a história, sem deixar de reconhecer que nada, nem mesmo os melhores ideais, justifica alguns dos comportamentos dessa época, acaba por ser “generosa” e por valorizar algumas situações mais ou menos relevantes.

Amarante, aqui tão perto, deve à presença dos franceses – já o disse noutra ocasião – o seu encontro com a História. O executivo camarário, confrontado com a destruição generalizada a que foi sujeita a sede do concelho, assume o espírito de quem reconhece ter chegado o fim do Antigo Regime, e empreende um importantíssimo plano de reformulação da malha urbana. E, mais recentemente, valoriza, assinalando como recursos turísticos, alguns dos testemunhos dessa época: o Solar dos Magalhães é um bom exemplo dos incêndios que se sucederam às pilhagens; os estragos da artilharia napoleónica são ainda visíveis nas pirâmides da ponte; na sacristia da Igreja de São Gonçalo guardam-se as telas furadas pelas baionetas em busca de hipotéticos tesouros.

E, se voltarmos a atenção para Trás-os-Montes, não podemos esquecer (e outros exemplos poderíamos dar) que as tunas atribuem o seu aparecimento às bandas e outros grupos instrumentais que acompanhavam as forças militares da época; as trutas recheadas com presunto nasceram como forma de esconder um produto que cada vez mais é considerado o elemento comum à confecção dita “à trasmontana”; e o “vinho dos mortos”, produzido no concelho de Boticas, deve a sua criação ao olhar de cobiça que os franceses lhe deitaram.

Não são certamente contributos negativos as ideias liberais de que se fizeram acompanhar os invasores; a disciplina e organização militar que ganhámos com os nossos aliados britânicos; o reforço das ideias patrióticas de que Vila Real deu excelentes exemplos (ainda antes da Proclamação do então tenente-coronel Francisco da Silveira Pinto da Fonseca Teixeira, em 16 de Junho de 1808, os vila-realenses criaram, no Inverno de 1807 para 1808, uma espécie de antepassado das Assembleias, a Sala de Divertimento, surgida um pouco para ajudar a conservar o fervor patriótico numa altura em que a ameaça francesa se estendia sobre Portugal).

Deixei de propósito para o fim um património ainda hoje pouco usado pelos historiadores desta época – as memórias dos militares ingleses, que, ao nosso lado, participaram na Guerra Peninsular (GP). O historiador Pedro de Brito, a quem devo o conhecimento do documento que motiva este artigo, regista a publicação de 280 obras deste tipo «entre memórias, correspondência, diários ou panfletos publicados pelos próprios ou terceiros».

A fonte que hoje se dá a conhecer, acompanhada da tradução para português, que confiei ao meu amigo Carlos Leite, regista as memórias vila-realenses, entre 1814 e 1816, do major Thomas Bunbury, então 2.º comandante do Batalhão de Caçadores n.º 3, unidade que aqui acantonou logo que terminada a GP.

Thomas Bunbury (1791-1861), militar inglês com cinco anos de campanha na GP, chega a Vila Real no contexto já referido e num momento em que vão iniciar-se algumas das mais importantes transformações por que passou o concelho no séc. XIX.

Foi primeiro responsável por toda esta mudança o juiz de fora António Roberto de Araújo (1766-1820), que presidiu ao Senado da Câmara Municipal durante três triénios completos (1809 a 1818) e desempenhou igualmente funções como administrador da Sereníssima Casa e Estado do Infantado. Inteligente e muito trabalhador, apoiou de forma exemplar as unidades militares que estiveram aquarteladas em Vila Real, por aqui passaram ou combateram na vizinha província da Beira; reformou a antiga vila – construiu ou consertou ruas, calçadas ou estradas,

de forma a adaptá-las às necessidades dos transportes da época; demoliu os pátios das casas que atravancavam as ruas; abriu novas fontes; e concluiu a construção de um Passeio Público (a Carreira Nova), onde os cidadãos passaram a poder respirar um ar saudável; plantou um pinhal para suprir a falta de lenhas no distrito para combustível e de madeiras para construção; criou uma alfândega para evitar o monopólio que se fazia na venda de peixe, especialmente na venda da sardinha; mobilizou as instâncias superiores para a necessidade de reconstruir a Ponte de Santa Margarida, em ruína pelo menos desde 1806, e a estrada de Vila Real à Régua; criou um armazém e adquiriu louça para a colheita das rendas da Casa do Infantado; reprimiu salteadores, assassinos, fabricantes de moeda falsa, propinadores de veneno e outros malfeitores, alguns dos quais «foram enforcados e outros postos em galés».

Naturalmente que será injusto dizer que tudo isto é obra de um só homem ou de uma única instituição. É verdade que António Roberto de Araújo há muito estava imbuído das ideias que a Paz permitiu desenvolver, mas não é menos verdade que a presença do Batalhão de Caçadores n.º 3 (e de outras unidades e personalidades) motivou a ambição e o redimensionamento dos seus primitivos projectos.

As memórias do oficial inglês são particularmente ricas pela (nova) informação que nos transmitem: os oficiais que o acompanhavam no batalhão, entre eles sacerdotes e ex-sacerdotes (independentemente de parte do clero ter sido acusada de mundana e degradada, não podemos esquecer que o clero não só agiu – nas zonas de montanha de Trás-os-Montes capitaneou muitas acções, algumas dioceses foram promotoras de batalhões eclesiásticos e até o Tribunal do Santo Ofício, em finais de 1808, promoveu a criação de um batalhão patriótico –, como pensou a “Restauração”, dando, como alguém já disse, «um conteúdo ideológico à luta que então se travava»; breve referência à aposentadoria de oficiais durante o Verão, nos bairros limítrofes da vila (entre 1815 e 1816, conhecem-se deliberações do executivo camarário dando ordens aos juízes almotacés para fazerem arbitrar o aluguer da casa n.º 23, da Rua de Santo António, para um tenente do batalhão, e para analisarem o pedido de uma cidadã que pretendia ser reinstalada na sua anterior casa, entretanto atribuída ao capitão da 5.ª Companhia); os costumes da messe dos oficiais; a subida dos preços da caça e outros géneros nos mercados locais (hoje sabemos não corresponder totalmente à verdade, já que, no que respeita à caça, o agravamento só se fez sentir em 1814. O preço do coelho, comparativamente a 1813, subiu em 1814 e desceu nos três aos seguintes para preços inferiores

aos de 1813. O preço da lebre manteve-se estacionário entre 1813 e 1815 e desceu nos dois anos seguintes. Finalmente, o preço da perdiz subiu em 1814 relativamente ao ano anterior, mas desceu entre 1815 e 1817, embora fosse vendida a um preço superior ao de 1813.); importantes referências ao vigário-geral da Comarca de Vila Real, João Manuel de Abrunhosa Galvão, ao juiz corregedor da comarca, Alexandre Tomás de Morais Sarmento, um magistrado que foi soldado do Batalhão Académico, deputado, par do reino, visconde do Banho, exilado em Inglaterra na sequência da malograda revolta liberal de 1828 e ministro plenipotenciário em Madrid (Bunbury refere-o erradamente como embaixador no Reino Unido, confundindo-o, em minha opinião, com o seu irmão, que certamente também conhecia, Cristóvão Pedro de Morais Sarmento, 1.º barão e 1.º visconde de Torre de Moncorvo, voluntário na GP, superintendente das Alfândegas e do Tabaco em Trás-os-Montes, ministro de Portugal no Reino Unido e representante de Portugal na assinatura em 22 de Abril de 1834 do Tratado da Quádrupla Aliança – Inglaterra, França, Espanha e Portugal. Bunbury, que escreve o texto mais de quarenta anos depois das situações vividas em Vila Real, comete uma outra imprecisão sem qualquer relevância, ao evocar uma povoação distante de Vila Real cinco milhas que designa de Ruvoes, que julgo nunca ter existido. Não estranho que lhe tivesse trocado o nome, já que designa Vila Real por Villa Reale.), e ao futuro conde de Amarante (1763-1821) (que, à semelhança do general Sepúlveda em Bragança, aclamou em Vila Real o Príncipe Regente e levantou os trasmontanos contra o invasor francês), Governador das Armas da Província de Trás-os-Montes, Comandante dos Exércitos Portugueses e, nessa qualidade, combatente e perseguidor dos franceses em Espanha e Sul de França; o Campo do Tabolado, um grande terreiro de raiz quinhentista, que à época servia de parada e terreno de instrução; um grande produtor de vinho e fruta (a fruta portuguesa era muito apreciada pelos comerciantes ingleses, que a importavam sob a forma de fruta coberta ou cristalizada e colocavam no mercado como produto complementar e de estímulo ao consumo do vinho do porto); os jogos de sociedade e o hábito, na altura enraizado, de as mulheres tocarem guitarra; as estalagens de que a vila não dispunha; e, mais interessante do que todos os outros motivos (referidos e não referidos), a vida no Convento de Santa Clara, um convento de clausura que despertava particular curiosidade aos ingleses, por não existirem no seu país – a vida social possível junto ao parlatório, os doces que lá se fabricavam e vendiam, etc., etc.

E podia ter evocado a necessidade de reinstalar os expostos que se encontravam nos baixos da Casa da Audiência e, alguns meses antes, nos Arcos do Tabolado (não resisto a referir que foi sob o olhar da estátua de Vila Real, que

nessa altura se encontrava na referida arcada, que o Batalhão de Caçadores n.º 3, que os espanhóis chamaram Batalhão “de la Muerte”, se formou e dali saiu para incorporar as forças que escorraçaram as hostes napoleónicas, e que os referidos expostos usavam nessa altura como elemento de identificação um selo em chumbo suspenso do pescoço por uma corda de tripa, da grossura de um bordão – a corda mais grossa que nos cordofones dá os sons graves – de rabecão) a pedido do engenheiro director dos Quartéis Militares, dado que a casa iria ser necessária ao batalhão; a instalação da Casa da Pólvora, fora da vila, na Capela de Nossa Senhora da Guia; as despesas com a Entrada e Recepção do batalhão; a pretensão de um açougue militar e o talho que o obrigado João Rodrigues Cachapato teve de montar; a participação do batalhão, acompanhado da sua banda, todos cobertos de luto, nas exéquias pela morte da Rainha D. Maria I; a questão da falta de lenhas.

E, se a sua estadia fosse para além de 1816, a pressão sobre a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, tendo em vista a reconstrução da Ponte de Santa Margarida e a construção da estrada de Vila Real à Régua (que a partir dessa data passaram a ser entendidas como importantes vias militares «por onde deviam passar os instrumentos bélicos do Trem estabelecido em Vila Real»); a demolição dos arcos da Rua da Praça, em estado de ruína e constituindo um obstáculo ao trânsito; o início da construção do Hospital da Divina Providência; a construção do palácio do general Silveira; a conclusão do Passeio Público e a nomeação do seu primeiro guarda; e o pedido em 1823, pela segunda vez, e como da primeira, no reinado de D. Pedro II (1683-1706), igualmente sem sucesso, de elevação de Vila Real a cidade e de criação de um bispado, evocando como factores mobilizadores de despacho favorável, a rebelião contra-revolucionária liderada pelo general Silveira, nesse mesmo ano, e a já referida aclamação do Príncipe Regente, em 16 de Junho de 1808 (como forma de lembrar este último acontecimento, a Câmara Municipal organizou anualmente, nesta data e durante décadas, uma procissão – a Procissão de 16 de Junho).

*(...) When we were about to enter Portugal I was appointed Major of the 3rd battalion of the Caçadores, with orders to join that corps at Villa Reale, Tras dos Montes. Before taking leave of the Oporto brigade, I had an opportunity of seeing my successor, Lieut.-Colonel Peter Adamson. He told me he had applied to have the command of the Caçadores battalion immediately after that battle of Orthes, when Lieutenant-Colonel Fearon was killed, and again on his seeing me attached to take the temporary command of it. The Marshal had, however, declined appointing him until now, telling him always that I had been placed there under very peculiar circumstances. He did not seem satisfied at my retaining the command*

so long, to his prejudice, and when I introduced the officers to him, and handed over the command, I gave him also the papers and money referable to the accounts of Messrs. Hibbert and Hume, expressing a hope that he would see that account settled and paid.

Comparatively speaking, few British officers were now retained in the Portuguese service. Most of them rejoined their regiments; I was, however, one of those authorized to remain, and all the subalterns so authorized, obtained companies in the British service without purchase. Mine was dated 23rd of October 1814. Twelve months afterwards we were all placed on the half pay list of the British army. The 3rd battalion of the Caçadores, to which I had been newly appointed, had been organised and commanded in the first years of the Peninsular War by the late Sir George Elder. The officer in command when I joined, was Lieutenant-Colonel Luiz de Cerqueira. He was a married man, but divorced from his wife, and had some property in the neighbourhood of Villa Reale. He was a very agreeable companion, but rather too much infected with the philosophy of Voltaire, Rousseau, Volney, and others of the French school. He seldom remained long with the battalion, and in consequence, the command frequently devolved upon me.

The General Officer commanding the Province (the Conde de Amarante), had his head-quarters at Villa Reale, and I was on very intimate terms with the principal magistrate, Moraes Sarmento, afterwards Ambassador to our Court. We had subsequently with the battalion, a married officer, Captain Dobson, a most eccentric character.

The chaplain of the battalion was a blustering Franciscan Friar. He had made himself very useful to Sir G. Elder, who employed him to bully the people at the arsenal at Lisbon, by which means his corps was equipped and appointed sooner and better than any other. The Priest was a coarse sensualist; but he was, shortly after my arrival, sent out to Rio Janeiro, and became the tutor and spiritual adviser to the Prince Don Miguel!! There was also a captain of the name of Cassamiro, who had been a Dominican friar, but on the breaking out of the revolution he turned soldier and married. He could not have remained in the country, and less so at Villa Reale, where there was a Dominican convent. After the war was terminated, he was therefore sent to the Brazils, where he became military tutor to Don Miguel. With such teachers and preceptors, we need not be surprised that the Prince became what he was.

Several of the officers had small incomes, exclusive of their military pay, and some of them (as the Lieut.-Colonel and myself) resided during the summer months in small villas outside the town. We formed a sort of mess, a very jolly one, but on principles drawn up by our Lieut.-Colonel, quite different from the

*mess rules in our service. We dined with each other in rotation, and were at liberty to bring a friend if we liked. This plan had its evils, for we began to vie with each other, and the price of game and other articles in the market rose in proportion. To check extravagance the Lieut.-Colonel proposed a bye law, that our table was not to groan with more than a certain number of dishes. The penalty was rather a humorous one, the offender being punished by our dining with him again the following day, and every consecutive day until his courage abated to the proper level. The Lieut.-Colonel was himself the first to infringe his own regulation, and he was also the first to suffer punishment, he then became more reasonable. If I rightly recollect, ladies dined with us in one or two occasions, when the evening was generally spent playing voltaretti (a game at cards, played by three persons). The ladies sang and accompanied themselves on the Portuguese, or, as they termed it, the English guitar.*

*These parties were very pleasant, but also very expensive, and when we took up our quarters in town they gradually ceased altogether. We had, however, in the town two or three opulent families, who were very hospitable when we met at their evening parties. The elderly people generally looked over the news of the day, or played at cards; the young ones either danced, sang, or played at forfeits, formerly so much in vogue in England, and still so in France; but the grand scene of all was the tea table. It was the particular privilege of the young lady of the house to make the tea, pour out the coffee, &c.. At the moment the tea urn made its appearance, all the young ladies assembled at her court, and with them also the young gentlemen, on the plea and pretence of assisting them ; but in reality to talk nonsense and amuse themselves with a little flirtation. The noise and hubbub was sometimes awful, and the spilling of hot water, and upsetting of tea-cups no less so. Tea-making would never have had an end if the mammas had not interfered to declare that no more was wanted, and to disperse the rioters. On these occasions the young ladies had always some complaint to make against their swains, a little pouting, &c., but the scene was sure to be renewed at the next evening party by the same people, and these love quarrels were as essential a part of the entertainment, as cream and sugar to the tea and coffee.*

*A lady, the widow of a Major Feijo, had three daughters, who were very nice girls. With this family, when I first arrived at Villa Reale, I frequently went to visit the nunnery of Sta. Clara. On one occasion the nuns gave a breakfast to these and other ladies, and requested them to bring the officers of the battalion. The convent put me very much in mind of a menagerie at feeding time ; not that we were very ravenous, but the spectators were encaged behind strong iron gratings. The imprisoned nuns crowded the gratings to see us eat. When we had finished, they ordered the things to be cleared away for dancing, as they were anxious to hear*

*the fine band of our battalion, and to see us tread the light fantastic toe. The principal Padre of the town, a great friend of mine, being with us, and perhaps the instigator of our pleasures, had not much difficulty in allaying their scruples. The nuns expressed their approbation in their tiny voices, saying, "Why should we not feel happy at the return of our soldiers to Portugal, God having blessed them with victory?" They even went further, and permitted one or two of their lay sisters, who were there, I suppose for education, to join us. Most of the nuns in the convent appeared young women, and a few of them were very pretty. They appeared very curious to know all about my religion, of which they had formed the most absurd notions, particularly as they had heard I was an Englishman, and a heretic.*

*They were more compassionate than charitable, saying, what a pity I should perish; and, appealing to the Padre, would ask him if there was no remedy. The good man would shake his head with affected gravity, and say, that be as afraid not. A Captain of the battalion, who was also a bit of a wag, looking towards the Misses Feijo, once said, he knew that ladies had more power over me than priests, and if the holy sisterhood would join in their endeavours, possibly they might succeed in saving me. When we took leave, they requested I would call occasionally and see them; which I promised to do, with the permission of the Abbess, who seemed a very kind old lady. I did call sometimes, and was introduced by the portress to the Parlatoria. They were very anxious that I should bring the battalion on Sundays to hear mass at their church, which, however, would scarcely hold them, in addition to the public. Besides, the Dominicans objected, and the men being quartered in their convent they thought they had a prior claim.*

*Whenever they had a request of this kind to make, an unusual number of nuns would come to the grating to receive me, and they were so vehement, talking all together, and so angry with the friars, that precisely as the Captain had told them, they carried the day, and I promised to accede to their wishes.*

*Both convents were situated in a large square, which was our parade and occasional drill ground. The fashionable hour for attending mass was when the battalion went with the band. Sunday was our drill day, and it was necessary to exclude a portion of the public who were waiting in the square. But not having the power to place a sentry at the doorway, I was obliged so to adopt my movements as to get the battalion in first, at a concerted hour. This was effected by throwing the corps unexpectedly across the doorway, by which the rabble were deprived of all entrance until I had filed the whole battalion into the church.*

*The order of Sta. Clara is far from being wealthy, and I found, whenever I had a party to dine with me, that my servant got the pastry made at the convent at a very moderate charge. This factotum of mine (a soldier) was quite an original in his way. He was an excellent cook and a capital caterer. Although I was never*

*in debt to any amount, I seldom had any ready cash, and it frequently happened, as there was no inn in the town deserving that name, that I had unexpected guests to dine with me. Coelho (the cook) would remonstrate with me, saying, that he had nothing in the house. Well, then "get it," was my reply, and I could soon see by a mysterious look which he assumed, that my coffers (of which he had the custody) were empty. On telling him that dinner must be made ready, he never failed to place a good meal before me. I suspect he used to visit the larders of the families of my acquaintance, and borrow on these occasions whatever he required, as he was well known to all of them. I spoke the language well, and being considered by the Portuguese as one of themselves, I did not find them so jealous of their women as my experience, when wandering about, had led me to suppose. At the small hamlet of Ruvoes an old retired officer and his wife resided. I had formed the old gentleman's acquaintance on seeing him one day at market, and at a loss were to put up his horse. I sent it to the stable, and requested he would in future always place it there, as I had one or two vacant stalls. Calling upon me afterwards, he told me his name was Silveira, and that he had been major in the same regiment with Senhora, the widow Feijo's deceased husband. Since his retirement, he had seen little of the widow or her daughters, as they had no means of visiting him, owing to the roads being very bad; but if I, who he understood was a great friend of theirs would undertake to get them over to spend a day with him and his wife, they would be delighted to receive us.*

*Major S. had the finest fruits in the country; he was a large wine grower, and was considered very rich. His wife was much younger than himself, and had been very handsome. Many were the pleasant days I spent in his house; and nothing gratified the old gentleman more than my sending to say that we had made up a party to spend the day with him. By naming a day or two in advance, he generally had some of the neighbouring families to meet us. His house was distant about five miles from Villa Reale. The ladies generally remained until the following day, but we returned to our quarters, as his house would not accommodate a very large party. This worthy couple had no children. I was acquainted with the Major in the year 1815 or 1816, and, singular as it may appear, I had two letters from him in the year 1821 or 1822, when I was at home on half pay, bewailing the effects of the revolution, and begging me to come and live with him. In his last letter, he plainly told me if I would reside with him he would adopt me, and he would make me his heir.*

*Several members of the family of his name, Silveira as well as the Count of Arrnarante, were very turbulent characters during the period of the revolution, and these, with some young men of his neighbourhood who were like-minded, must have sadly worried the old couple. He used to regret the good old times; and*

*I am not surprised, for the Portuguese were a happy, contented people before the revolution, enjoying a cheap government, the machinery of which, although arbitrary, was particularly simple. (...)*

[Thomas Bunbury], *Reminiscences of a Veteran. Being personal and military adventures in Portugal, Spain, France, Malta, New South Wales, Norfolk Island, New Zealand, Andaman Islands, and India*, vol. I, pp. 263 a 274. - London: Charles J. Skeet, 1861

Título: Reminiscências dum Veterano (excerto, págs. 263 a 274)

Tradutor: Carlos Leite \*

Original: *Reminiscences of a Veteran*, London, 1861

Autor: [Thomas Bunbury]

(...) Quando nos preparávamos para entrar em Portugal, fui destacado, com o posto de major, para o Batalhão de Caçadores n.º 3, com ordem para me apresentar em Vila Real, em Trás-os-Montes, onde seria incorporado. Antes de me despedir da Brigada do Porto, tive oportunidade de me encontrar com o meu sucessor<sup>1</sup>, o Tenente-Coronel Peter Adamson, que me disse que se oferecera para o posto de comandante do Batalhão de Caçadores logo a seguir à batalha de Orthes, quando o Tenente-Coronel Fearon falecera, e que voltara a insistir ao ver que eu era destacado para o comando provisório do batalhão. No entanto, o Marechal tinha-se, até ali, recusado a aceitar a sua candidatura, dizendo-lhe sempre que eu era destacado em circunstâncias muito especiais. Não aceitava com satisfação que eu mantivesse o comando durante tanto tempo, em seu prejuízo, e quando lhe apresentei os oficiais e lhe passei o comando, entreguei-lhe também os papéis e o dinheiro relativos às contas dos senhores Hibbert e Hume, manifestando-lhe a minha esperança de que essas contas seriam saldadas e encerradas.

Em termos comparativos, eram poucos agora os oficiais britânicos que continuavam em serviço no Exército Português. A maioria tinha regressado aos seus regimentos de origem; eu fui, no entanto, um dos que foram autorizados a permanecer, e todos os oficiais subalternos na mesma situação obtiveram companhias no Exército Britânico sem terem de pagar. A minha autorização estava datada de 23 de Outubro de 1814. Doze meses mais tarde fomos todos colocados na lista de meio soldo do Exército Britânico. O Batalhão de Caçadores n.º 3 para

---

<sup>1</sup> No posto de que o autor tinha na Brigada do Porto, evidentemente. (NdT.)

onde havia recentemente sido destacado fora organizado e comandado, durante os primeiros anos da Guerra Peninsular, pelo falecido Sir George Elder. Quando da minha incorporação, o oficial comandante era o Tenente-Coronel Luiz de Cerqueira, que era casado, mas estava divorciado da mulher e tinha umas propriedades na região de Vila Real. Era um homem de convívio agradável, embora demasiado infectado pela filosofia de Voltaire, Rousseau, Volney e outros da escola francesa. Raramente se demorava no Batalhão e, por essa razão, o comando recaía com frequência na minha pessoa.

O oficial general que comandava a província (o Conde de Amarante), tinha o seu quartel-general em Vila Real, e eu mantinha relações de grande amizade com o juiz-corregedor Morais Sarmiento, que viria a ser embaixador junto da nossa corte. Mais tarde tivemos no Batalhão um oficial casado, o capitão Dobson, personagem excêntrica.

O capelão do Batalhão era um frade franciscano, um fanfarrão com um ar de autêntico ferrabrás. Fora de muito préstimo a Sir G. Elder, que o utilizou para intimidar o pessoal do arsenal de Lisboa, fazendo com que o seu batalhão fosse equipado e armado antes e melhor do que qualquer outro. Este frade era um homem duma sensualidade desbragada mas, pouco depois da minha chegada, foi enviado para o Rio de Janeiro como tutor e conselheiro espiritual do Príncipe D. Miguel! Havia também um capitão, Casimiro de seu nome, que fora frade dominicano e que, ao rebentar a revolução, se fizera soldado e casara. Não podia continuar no país, e muito menos em Vila Real, onde havia um convento dominicano. Assim que a guerra acabou, foi, por conseguinte, enviado para o Brasil, onde viria a ser o tutor militar de D. Miguel. Com professores e preceptores destes, não admira que o Príncipe tenha vindo a ser o que foi.

Havia oficiais que possuíam pequenos rendimentos, além do soldo, e alguns (como o tenente-coronel e eu próprio) residiam, durante os meses de Verão, em pequenas mansões ou quintas fora de portas. Tínhamos uma espécie de messe, muito divertida, organizada segundo os princípios ditados pelo nosso Tenente-Coronel, muito diferentes das regras habituais das messes do nosso Exército. Oferecíamos jantares uns aos outros, à vez, e éramos livres de trazer um amigo se quiséssemos. Este plano tinha os seus pontos fracos, pois começámos a porfiar uns com os outros e o preço da caça e doutros géneros subiu proporcionalmente na feira. Tendo em vista acabar com as extravagâncias, o Tenente-Coronel propôs, em anexo ao regulamento da messe, que a nossa mesa não devia suportar um peso superior a um determinado número de pratos. A multa era bastante engraçada, pois se punia o infractor com a obrigação de convidar os outros para jantar no dia seguinte, e durante todos os dias que a sua coragem necessitasse para descer até ao nível devido. O próprio Tenente-Coronel foi o primeiro a infringir o regulamento

de que era o autor e foi também o primeiro a ser punido, tornando-se depois mais razoável. Se a memória não me falha, vieram jantar connosco senhoras, em uma ou duas ocasiões, e geralmente passávamos o serão a jogar o voltarete (jogo de cartas, para três pessoas). As senhoras cantavam e acompanhavam-se à guitarra portuguesa, ou inglesa, ou como lhe chamavam.

Estas festas eram muito agradáveis, mas também muito dispendiosas, e quando nos mudámos para a vila foram diminuindo aos poucos até desaparecerem. Na vila, havia, no entanto, duas ou três famílias opulentas que nos recebiam muito bem quando nos convidavam para as suas festas. As pessoas de idade geralmente comentavam as novidades do dia, ou jogavam às cartas; os jovens dançavam, cantavam ou jogavam às prendinhas, coisa muito em voga antigamente em Inglaterra e ainda hoje em França; mas o espectáculo supremo era a mesa do chá. Constituía especial privilégio da menina da casa fazer o chá, servir o café, etc. No momento em que o bule do chá fazia a sua aparição, todas as meninas se reuniam à sua volta, e com elas todos os jovens, com o pretexto e a escusa de as ajudarem, mas na realidade para trocarem galanteios e namoriscarem um pouco. O barulho e a agitação eram qualquer coisa de horrível, e a água a ferver que se derramava e as chávenas que se entrechocavam não ficavam atrás. A cerimónia do chá nunca teria fim se as mães não intervissem e declarassem que não era preciso mais chá e dispersassem os desordeiros. Nessas ocasiões, as meninas tinham sempre uma queixa qualquer a fazer contra os seus seguidores, uma pequena birra, etc., mas era certo que a cena se repetiria na festa seguinte, com as mesmas pessoas, e estas zangas amorosas eram um elemento essencial do divertimento, como as natas e o açúcar para o chá e o café.

Uma senhora, a viúva do Major Feijó, tinha duas filhas que eram encantadoras. Com esta família, quando cheguei a Vila Real, fui com frequência visitar o convento das freiras de Santa Clara. Uma vez, as freiras ofereceram um pequeno-almoço a esta senhora e a outras e pediram-lhes que trouxessem os oficiais do Batalhão. A impressão que me dava o convento era a duma *ménagerie* à hora do penso, não porque estívéssemos muito esfomeados, mas porque as espectadoras estavam enjauladas atrás de grossas grades de ferro. As freiras enclausuradas acotovelavam-se junto às grades para nos verem comer. Quando acabámos, mandaram tirar tudo para se dançar, pois estavam ansiosas por ouvir a excelente banda do batalhão e nos verem fazer leves e fantásticos passos de dança nas pontas dos pés. Connosco estava o vigário-geral para Vila Real, que era um grande amigo meu e que fora talvez o instigador dos nossos prazeres, não teve muita dificuldade em aliviar-lhes os escrúpulos. As freiras manifestaram a sua aprovação com as suas vizinhas fininhas, dizendo, “Porque é que não devemos sentir-nos felizes com o regresso dos nossos soldados a Portugal, pois que Deus os abençoou com

a vitória?” Foram mesmo mais longe, e permitiram que uma ou duas irmãs laicas, que estavam no convento creio que para serem educadas, se juntassem a nós. A maior parte das freiras do convento aparentava serem mulheres jovens e algumas eram muito bonitas. Mostravam-se muito curiosas em saberem tudo da minha religião, sobre a qual tinham formado as ideias mais absurdas, especialmente quando ficaram a saber que eu era inglês, e herege.

Eram mais piedosas do que caridosas, dizendo que era uma pena que eu devesse morrer. E, apelando ao padre, perguntavam-lhe se não havia remédio. O bom homem, num gesto de gravidade toda fingida, abanava a cabeça e dizia que receava bem que não. Um capitão do batalhão, que gostava de dizer as suas pilhérias, olhando na direcção das meninas Feijó, disse, uma vez, que sabia que as senhoras tinham mais poder sobre mim do que os padres, e se a santa irmandade das freiras se unisse nos seus fervores, era mais que certo que teriam êxito em salvar-me. Quando nos despedimos, as freiras pediram-me que as viesse visitar de vez em quando, o que prometi fazer, com autorização da madre superiora, que era uma velha senhora que parecia ser muito bondosa. Fui visitá-las algumas vezes e a irmã porteira conduziu-me ao parlatório. A grande ansiedade das freiras era que eu devia trazer, todos os domingos, o batalhão para ouvir missa na sua igreja, que, no entanto, já era acanhada para elas, sem falar das pessoas de fora. Além disso, os dominicanos opunham-se e como os soldados estavam aquartelados no seu convento pensavam que a sua pretensão tinha primazia.

As freiras, sempre que tinham um pedido deste género, vinham em grande número às grades para me receber, e eram tão veementes, falavam ao mesmo tempo, e mostravam-se tão furiosas com os frades que, tal como lhes dissera o capitão, ganharam e eu prometi satisfazer os seus desejos.

Os dois conventos ficavam numa larga praça, que nos servia de parada e, às vezes, de terreno de instrução. O bom tom mandava que se assistisse à missa quando o batalhão vinha com a banda. Os domingos eram o nosso dia de exercícios, e era necessário evacuar uma parte dos espectadores que estavam à espera na praça. Mas como não tinha poder para colocar uma sentinela à entrada, era obrigado a fazer evoluir o batalhão em formação de maneira a que os meus homens fossem os primeiros a entrar a uma hora combinada. Isto era conseguido lançando inesperadamente todo o batalhão pelos portais adentro, o que impedia a entrada do povolêu enquanto eu não metesse todo o batalhão dentro da igreja.

A Ordem de Santa Clara está longe de ser uma ordem rica e apercebi-me de que, sempre que recebia pessoas para jantar, o meu criado encomendava o doce ao convento, a um preço muito moderado. Este meu impedido (um soldado) era, a seu modo, um tipo bastante original. Era um excelente cozinheiro e um dispenseiro único. Embora eu nunca tivesse a mais pequena dívida que fosse,

raramente tinha dinheiro comigo, e como não havia uma hospedaria digna desse nome na vila, era frequente ter convidados inesperados para jantar. O Coelho (o cozinheiro) protestava comigo, dizendo que não tinha nada em casa. Bom, então vai comprar, era a minha resposta, e logo a seguir, pela misteriosa expressão que assumia, podia ver que os meus cofres (de que ele tinha a custódia) estavam vazios. Se lhe dizia que um jantar tinha de se fazer, nunca deixava de me apresentar uma boa refeição. Suspeito que fazia umas visitas às dispensas das famílias das minhas relações e pedia emprestado aquilo de que precisava, pois era bem conhecido de toda a gente. Eu falava bem a língua e como era considerado como um dos seus pelos portugueses, não achava que estes fossem tão ciumentos das suas mulheres como a minha experiência de errância me levava a supor. No lugar de Ruvões vivia um velho oficial reformado com a sua mulher. Eu travara conhecimento com este cavalheiro de idade uma vez que o vi na feira à procura dum lugar onde deixar o cavalo. Mandeí o cavalo para a minha estrebaria e pedi ao cavalheiro que no futuro o guardasse ali, pois tinha uma ou duas baias vagas. Visitando-me depois disso, ele disse-me que se chamava Silveira e que fora major no mesmo regimento que o falecido marido da senhora, a viúva do Major Feijó. Depois de se reformar, poucas vezes tinha visto a viúva ou as filhas, pois elas não tinham meios para o visitar, devido à má qualidade das estradas, mas se eu, que ele sabia ser muito amigo delas, tomasse a meu cargo trazê-las para passarem um dia com ele e a sua esposa, teriam muito prazer em receber-nos.

O Major S. tinha a melhor fruta da região, era um grande produtor de vinho e era considerado muito rico. A mulher era muito mais nova do que ele e tinha sido muito elegante. Muitos foram os dias agradáveis que passei em sua casa, e nada dava mais prazer ao idoso cavalheiro do que mandar dizer-lhe que arranjáramos um grupo para passar o dia com ele. Marcava tudo com um dia ou dois de antecedência e tinha sempre algumas das famílias vizinhas para nos receber. A sua casa distava de Vila Real cinco milhas. As senhoras geralmente permaneciam até ao dia seguinte, mas nós voltávamos aos nossos aposentos, pois a casa não dava para alojar um grupo grande. Este digno casal não tinha filhos. Eu tinha-me dado com o Major em 1815 ou 1816 e, seja ou não extraordinário, recebi duas cartas dele em 1821 ou 1822, quando estava em casa, a meio soldo, nas quais lamentava vigorosamente os efeitos da revolução e me pedia que voltasse e fosse viver com ele. Na última carta dizia-me simplesmente que, se quisesse morar com ele, me adoptava e fazia de mim seu herdeiro.

Alguns dos membros da sua família, de nome Silveira, como o Conde de Amarante, tinham sido uns tipos muito turbulentos durante o período da revolução e, juntamente com alguns jovens das redondezas de igual calibre, devem ter ralado de tristeza o velho casal. Ele chorava os bons velhos tempos, e não me surpreende,

pois, antes da revolução, os portugueses eram um povo feliz e satisfeito, gozando dum Governo cujo funcionamento não era dispendioso e possuía uma estrutura que, embora arbitrária, era manifestamente simples. (...)

\* Carlos Leite, n. 1949, Vila Real. Tradutor literário desde 1976. Prémio de Tradução da Sociedade da Língua Portuguesa em 1986 e nomeado para o Prémio Europeu de Tradução em 1991. A partir de 1991, tradutor em Bruxelas, no Conselho de Ministros da União Europeia. Publicou, nos anos 80, 90 e 2000 alguns livros de poesia, tendo colaborado com os grupos *4 Elementos Editores* e a revista *Diversos* (poesia em tradução), entre outras publicações. Vive actualmente em Atenas com a família.

# Sepulturas escavadas nas rochas no concelho de Vila Real

*Joana Filipa Tuna de Almeida*

## **Introdução**

A temática tratada é bastante controversa e muito se tem discutido acerca da origem, funcionalidade e cronologia destas estruturas. O ideal, neste trabalho, seria poder obter cronologias exactas, no entanto, a quantidade e qualidade de dados disponíveis tornou esta situação muito difícil, senão mesmo impossível.

Não se deve, no entanto, descurar todo o processo que o envolveu: a recolha e tratamento de informação; a relocalização e prospecção; o registo e desenho (em papel milimétrico, à escala 1/10, perfil correspondente ao lado esquerdo), que permitiram compilar os dados a analisar no âmbito deste trabalho ou de futuros trabalhos na região.

## **Registo de Dados**

### **1. Freguesia de Abaças**

**Lugar:** Bujões

**N.º de Sep<sup>1</sup>:** 0

**Bibliografia:** Referida por Manuel Azevedo, em 1895<sup>2</sup> e Henrique Botelho, em 1904<sup>3</sup>. Carlos Erverdosa<sup>4</sup> indica estas referências. Não foi localizada.

---

<sup>1</sup> Número de sepulturas.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Manuel de (1895), p. 131;

<sup>3</sup> BOTELHO, Henrique (1904), p. 54;

<sup>4</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

## 2. Freguesia de Justes

### 2.1. Lugar: Justes - Couto

**Coord. Geográficas**<sup>5</sup>: Folha 102<sup>6</sup> **Lat.:** 41°20'38",6 **Long.:** 7°36'55",4  
**N.º de Sep.:** 8

**Descrição/Bibliografia:** Foram registadas oito sepulturas, dispersas pelo terreno e um pouco escondidas pela vegetação. Erverdosa<sup>7</sup>, IGESPAR<sup>8</sup> e Parente<sup>9</sup> referem-nas.

**2.1.1. Sepultura 1:** faz parte de um primeiro núcleo composto por três, talhadas no mesmo afloramento rochoso, na área Oeste da propriedade.

**Tipologia:** formato oval, bastante irregular, com rebordo para assentar a tampa.

**Orientação:** N - S (340°)

**Dimensões:** 1,58m de comprimento e 0,59m largura<sup>10</sup>.

**2.1.2. Sepultura 2:** faz parte do mesmo núcleo descrito anteriormente.

**Tipologia:** formato oval, com rebordo, incompleto, para assentar a tampa.

**Orientação:** N - S (335°)

**Dimensões:** 1,75m de comprimento e 0,55m largura.

**2.1.3. Sepultura 3:** é a maior das sepulturas que integram o mesmo núcleo.

**Tipologia:** possivelmente dupla, de formato trapezoidal, com rebordo, incompleto, para assentar a tampa e uma pequena almofada na zona da cabeceira. Possui um orifício para escoamento de líquidos, do lado esquerdo.

**Orientação:** N - S (320°)

**Dimensões:** 2,02m de comprimento e 0,91m largura.

**2.1.4. Sepultura 4:** isolada, localiza-se a cerca de 15,80m para Sudeste do núcleo anteriormente descrito.

**Tipologia:** formato oval, também com um ligeiro rebordo, muito incompleto, para assentar a tampa. Apesar das suas excessivas dimensões, não parece que pudesse ter sido utilizada como sepultura dupla.

**Orientação:** O - E (255°)

**Dimensões:** 1,83m de comprimento e 0,85m largura.

**2.1.5. Sepultura 5:** localiza-se a cerca de 20m para Este da anteriormente descrita.

**Tipologia:** formato oval, com um ligeiro encosto occipital na cabeceira.

**Orientação:** N - S (350°)

<sup>5</sup> Coordenadas Geográficas: Latitude e Longitude.

<sup>6</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>7</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 62.

<sup>8</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º 17719. *in* www.ipa.min-cultura.pt.

<sup>9</sup> PARENTE, João (2003), p. 134.

<sup>10</sup> Largura: retirada na zona dos ombros, onde deverá atingir sempre a sua maior amplitude.

**Dimensões:** 1,78m de comprimento e 0,56m largura.

**2.1.6. Sepultura 6:** localiza-se a cerca de 7,45m para Nordeste desta última.

**Tipologia:** formato oval bastante danificada pela extracção de pedra do seu lado direita; de reduzidas dimensões parece ter sido construída para uma criança ou adolescente.

**Orientação:** N - S (340°)

**Dimensões:** 1,40m de comprimento e 0,48m largura.

**2.1.7. Sepultura 7:** encontra-se a cerca de 6,60m a Nordeste da sepultura 6.

**Tipologia:** formato oval, muito semelhante a sepultura 4 na forma e tamanho; também possui um ligeiro rebordo (apenas em torno da cabeceira) para assentar a tampa.

**Orientação:** O - E (225°)

**Dimensões:** 1,73m de comprimento e 0,82m largura.

**2.1.8. Sepultura 8:** localiza-se a cerca de 8,80m para Sudeste da sepultura 7, junto a um muro e encontra-se bastante danificada pela extracção de pedra em ambos os lados.

**Tipologia:** o que resta desta parece querer mostrar uma sepultura antropomórfica, de cabeceira de arco peraltado, e rebordo para assentar tampa.

**Orientação:** N - S (330°)

**Dimensões:** 1,77m de comprimento e de largura indeterminável.

**2.2. Lugar:** Justes - Cancelo/Lage de S. Miguel

**N.º de Sep.: 0**

**Descrição/Bibliografia:** Everdosa<sup>11</sup> descreve a existência de *três sepulturas, de forma sub-rectangular, viradas para Leste*. Também o IGESPAR<sup>12</sup> as refere, mas de *tipologias diversas*, num afloramento granítico na margem direita da Ribeira de Justes, junto a um caminho que ligaria Justes a Vilarinho. Uma quarta sepultura terá sido retirada antes que fosse destruída, encontrando-se no Santuário de N.ª Sr.ª de Lourdes.

O referido afloramento granítico foi localizado, nas imediações do dito caminho, afastado da aldeia de Justes cerca de 1 km e da de Vilarinho cerca de 900 m.

Não foi encontrada nenhuma das sepulturas, e era evidente que tinham ocorrido no local acções de terraplanagem no local.

**2.3. Lugar:** Justes - Santuário de Nossa Senhora de Lourdes

**Coord. Geográficas:** Folha 102<sup>13</sup> **Lat.:** 41°21'02,"2 **Long.:** 7°36'55,"4

<sup>11</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 62.

<sup>12</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17718 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt)

<sup>13</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

**N.º de Sep.: 1**

**Descrição/Bibliografia:** Esta sepultura - **sepultura 9** - foi retirada do seu aglomerado rochoso original e esteve vários anos em frente à Igreja de N.ª. Sr.ª. de Lourdes, tendo sido depois transportada para o topo do santuário com o mesmo nome, onde se encontra hoje.

Tanto Erverdosa<sup>14</sup>, como o IGESPAR<sup>15</sup> ou Parente<sup>16</sup> a referem já neste local.

**Tipologia:** antropomórfica assimétrica, com o ombro direito bastante mais pronunciado e cabeceira muito irregular, que, pelas suas dimensões, comprida, mas extremamente esguia, parece ser antes um ossário.

**Orientação:** irrelevante.

**Dimensões:** 1,87m de comprimento e 0,45m de largura.

### **3. Freguesia de Lames**

**3.1. Lugar:** Lames - Lameira Redonda

**Coord. Geográficas:** Folha 102<sup>17</sup> **Lat.:** 41°20'27,"1 **Long.:** 7°38'26,"5

**N.º de Sep.: 1**

**Descrição/Bibliografia:** Sepultura escavada na rocha – **sepultura 10** -, isolada, numa propriedade fechada, a Norte da aldeia de Lagares (freguesia de Mouços), junto a um antigo caminho.

Encontra-se referenciada e descrita na base de dados do IGESPAR<sup>18</sup> (com uma orientação E – O ), assim como por Parente<sup>19</sup>.

**Tipologia:** trapezoidal/oval, muito irregular.

**Orientação:** N - S (340°)

**Dimensões:** 1,82m de comprimento e 0,55m de largura.

**3.2. Lugar:** Lames - Castanheira

**Coord. Geográficas:** Folha 102<sup>20</sup> **Lat.:** 41°19'55,"1 **Long.:** 7°37'33,"1

**N.º de Sep.: 2**

**Descrição/ Bibliografia:** duas sepulturas idênticas localizadas em propriedades diferentes, mas afastadas apenas cerca de 10m, junto a uma linha de água, a Sudoeste da aldeia de Lames, nas imediações de um pequeno caminho que liga a aldeia aos campos de cultivo.

Parente<sup>21</sup> refere apenas a sepultura n.º. 12, indicando-lhe, embora, uma localização aproximada.

<sup>14</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 62.

<sup>15</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17718 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>16</sup> PARENTE, João (2003), p. 134.

<sup>17</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>18</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17627 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>19</sup> PARENTE, João (2003), p. 135.

<sup>20</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>21</sup> PARENTE, João (2003), p. 135.

**3.2.1. Sepultura 11:** localiza-se num terreno com algum declive, virado a Sudoeste.

**Tipologia:** muito irregular, aproximando-se ao início do antropomorfismo, assimétrico, com destaque apenas do ombro direito.

**Orientação:** S - N (215°)

**Dimensões:** 1,64m de comprimento e 0,54m de largura.

**3.2.2. Sepultura 12:** próxima da anterior, na propriedade vizinha, encontra-se a uma cota mais elevada.

**Tipologia:** muito semelhante à anterior.

**Orientação:** O - E (245°)

**Dimensões:** 1,71m de comprimento e largura impossível de determinar.

**3.3. Lugar:** Gache - Lameira/Lugar das Pias

**N.º de Sep.: 0**

**Descrição:** Os habitantes locais identificam a designação “Lugar das Pias” com o lugar da Lameira, onde existiria uma “pia” larga, em pedra, destruída pela extracção de pedra.

**3.4. Lugar:** Lagares - Cortiço/Fraga dos Cortiços

**N.º da Sep.: 0**

**Descrição:** Fontes locais afirmam terem existido no lugar do *Cortiço/Fraga dos Cortiços*, várias *pias* escavadas na rocha, destruídas em tempos pela exploração de pedra (granito). O local situa-se a cerca de 300m a Sul da aldeia de Lagares.

#### 4. Freguesia de Mondrões

**Lugar:** Gulpilhares - Recta de Gulpilhares

**Coord. Geográficas:** Folha 114<sup>22</sup> **Lat.:** 41°17'50,2" **Long.:** 7°47'34,2"

**N.º de Sep.: 1**

**Descrição/Bibliografia:** Sepultura escavada na rocha – **sepultura 13** -, isolada, localizada num pinhal, sobre uma pequena encosta a Sudeste da povoação, junto de um pequeno afluente da Ribeira da Marinheira<sup>23</sup>. Carlos Ervedosa<sup>24</sup> refere-a através de um *inquérito arqueológico*, enviado a todos os Presidentes de Juntas do concelho. Também Parente<sup>25</sup> refere a sua existência.

**Tipologia:** antropomórfica assimétrica, com o ombro esquerdo ligeiramente mais pronunciado, de cabeceira de arco peraltado.

**Orientação:** N - S (35°)

**Dimensões:** 1,71 de comprimento e 0,51 de largura.

<sup>22</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 114, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>23</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 114, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>24</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

<sup>25</sup> PARENTE, João (2003), p. 135.

## 5. Freguesia de Mouçós

### 5.1. Lugar: Sanguinhedo - Trás-do-Outeiro/Nobais

N.º Sep.: 0

**Descrição/Bibliografia:** Henrique Botelho afirma<sup>26</sup> tê-la visto, perto de uma *carvalhada distante da povoação 500 a 600 metros ao SE. e á esquerda da estrada de Villa Real a Murça, no sítio de Trás-do-Outeiro*. Erverdosa não a localiza, referindo apenas esta indicação<sup>27</sup>, tal como o IGESPAR<sup>28</sup>.

No local, nas imediações de Sanguinhedo (cerca de 500m a Sul), denominado, na carta militar, de “Nobais”, não se conseguiu localizar qualquer sepultura, nem a população local parece ter conhecimento desta sequer. O mato e carvalhal cerrado que cobre o terreno dificulta bastante qualquer acção de prospecção, pelo que outros resultados poderiam ser obtidos se fosse efectuada uma limpeza à área.

### 5.2. Lugar: Aboboleira - Aboboleira

**Coord. Geográficas:** Folha 114<sup>29</sup> **Lat.:** 41º19’43,”5 **Long.:** 7º41’23,”3

N.º de Sep.: 2

**Descrição:** duas sepulturas, uma delas praticamente encoberta pela construção de uma habitação, que impede a sua classificação quando à tipologia, localizadas num afloramento rochoso que serve de base à dita construção.

Carlos Everdosa<sup>30</sup>, o IGESPAR<sup>31</sup> e, mais recentemente, Parente, referem-nas.

**5.2.1. Sepultura 14:** localiza-se numa das extremidades do rochedo, que possivelmente foi talhado.

**Tipologia:** antropomórfica, assimétrica, com o ombro direito mais pronunciado e cabeceira de arco de volta perfeita, incompleto ou danificado de um dos lados. Possui uma almofada na cabeceira e canal para escoamento de líquidos. Do seu lado direito, parece ter ocorrido alguma acção de talhe, de forma a construir um rebordo para assentar a tampa.

**Orientação:** N - S (325º)

**Dimensões:** 1,80m de comprimento e 0,47m de largura.

**5.2.2. Sepultura 15:** sepultura praticamente paralela à anterior, sobreposta, em grande parte, por uma habitação e completamente preenchida com terra. Restantes dados impossíveis de determinar.

<sup>26</sup> BOTELHO, Henrique (1901), p. 165.

<sup>27</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

<sup>28</sup> Base de Dados do Endovélico – CSN n.º. *in*

<sup>29</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 114, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>30</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

<sup>31</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17792 *in* www.ipa.min-cultura.pt.

### 5.3. Lugar: Aboboleira - Aboboleira 2

N.º Sep.: 0

**Descrição/Bibliografia:** O IGESPAR<sup>32</sup> publica a informação, dada pelo proprietário do terreno *nas imediações da capela da aldeia, ao lado da rua que dá acesso ao largo da fonte*, de que aí existiria uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. No local, nada é visível e a população não parece recordar-se destas.

## 6. Freguesia de S. Miguel da Pena

**6.1. Lugar:** Pena - Alto do Outeiro/Lameira

**Coord. Geográficas:** Folha 101<sup>33</sup> **Lat.:** 41°17'29,"1 **Long.:** 7°48'50,"2

N.º de Sep.: 6

**Descrição/Bibliografia:** Trata-se de um maciço rochoso que se encontra vedado, sendo apenas acessível através de um portão que fecha esta propriedade. Está a uma altitude aproximada de 790m, em claro destaque sobre a paisagem.

Este poderia ter sido uma extensa necrópole, pois afirma-se, localmente, terem existido, em tempos, muitas mais sepulturas, dezenas (?), neste maciço rochoso que se prolonga a Sul da povoação, nas proximidades de um antigo caminho que a liga a campos de cultivo, até bem perto da Igreja local. Este está já muito reduzido pelo corte de pedra para construção e sobreposto por algumas casas.

Carlos Erverdosa<sup>34</sup> refere-as, assim como a existência de *uma cova rectangular (...) e por baixo dela (...) gravadas as letras A M, separadas por uma cruz de Cristo*, que se encontra, de facto, à esquerda de um primeiro núcleo composto pelas sepulturas 16, 17, 18 e 19. As funções desta cova não estão bem claras, mas pode-se evocar, para interpretação, o ritual da lavagem dos corpos dos defuntos, na sua preparação para a deposição<sup>35</sup>, como acontece em Santa Maria de la Piscina (San Vicente de la Sonsierra, La Rioja), na Igreja de Revenga ou na Necrópole de Cellórigo (Logroño)<sup>36</sup>, mas também aqui muito perto, no distrito de Viseu (os chamados “pios”)<sup>37</sup>.

À esquerda do segundo núcleo, composto pelas sepulturas 20 e 21, e numa cota mais elevada, existe outra abertura rectangular de menores dimensões

<sup>32</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17793 *in*

<sup>33</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 101, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>34</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 63.

<sup>35</sup> RIU, Manuel (1982), p. 29.

<sup>36</sup> RIU, Manuel (1982), p. 30.

<sup>37</sup> MARQUES, Jorge Adolfo Meneses (1996), p. 215.

(0,56cm de comprimento, 0,28cm de largura e cerca de 10cm de profundidade), que se deverá tratar de uma base para assentar algo no afloramento, uma marcação territorial ou religiosa, ou apenas um pé de um espigueiro (tal como um implantado junto às sepulturas). Do lado direito da sepultura n.º.20 existem duas cavidades escavadas na rocha de função incerta: a primeira, junto aos ombros, apresenta uma forma triangular, com cerca de 15cm de altura, e a segunda, mais comprida e estreita, estende-se paralela ao corpo da sepultura, por cerca de 75cm. Pode-se arriscar evocar os actos de libações rituais frequentes nos primeiros séculos do Cristianismo e possivelmente prolongados até ao século XI, realizados no próprio cemitério, como mostram as cavidades próprias nas sepulturas antropomórficas, destinadas a oferendas ou deposição de cinzas, mesmo que proibidos diversas vezes pela igreja desde o século XII até ao século XV<sup>38</sup>. Já o costume de deixar oferendas aos mortos, desaparecido desde meados do século VIII, reaparece nos séculos XI e XII, sobretudo na França e Catalunha, à medida que se afirma, também, o culto ao Purgatório<sup>39</sup>. Extremamente ligado ao culto do Purgatório está, também, o culto a S. Miguel, denominação local que não será por acaso.

Existe também uma sepultura inacabada, que se encontra, hoje, muito destruída, o que a ocultou em posteriores registos. Parente<sup>40</sup> também refere quatro destas sepulturas.

#### **6.1.1. Sepultura 16**

**Tipologia:** antropomórfica, de cabeceira de arco peraltado, com encosto occipital baixo.

**Orientação:** O - E (295°)

**Dimensões:** 1,67m de comprimento e 0,46m de largura.

#### **6.2.2. Sepultura 17**

**Tipologia:** antropomórfica simétrica, cabeceira de arco peraltado.

**Orientação:** O - E (310°)

**Dimensões:** 1,75m de comprimento e 0,46m de largura.

#### **6.1.3. Sepultura 18**

**Tipologia:** antropomórfica simétrica, cabeceira de arco peraltado. Possui um canal escavado à superfície da rocha, a partir dos pés da sepultura, para escoamento de líquidos.

**Orientação:** N - S (325°)

**Dimensões:** 1,75m de comprimento e 0,55m de largura.

<sup>38</sup> RIU, Manuel (1982), pp. 36 e 37.

<sup>39</sup> RIU, Manuel (1982), p. 44.

<sup>40</sup> PARENTE, João (2004), p. 145

**6.1.4. Sepultura 19:** leves contornos de uma sepultura que apenas se iniciou.

**Tipologia:** antropomórfica

**Orientação:** O - E (295°)

**Dimensões:** impossíveis de determinar.

#### **6.1.5. Sepultura 20**

**Tipologia:** antropomórfica assimétrica, cabeceira de arco de volta perfeita. Possui um ligeiro rebordo, incompleto, para assentamento da tampa e um ligeiro alteamento na zona da cabeceira, que não chega a formar um encosto occipital.

**Orientação:** N - S (325°).

**Dimensões:** 1,65m de comprimento e 0,48m de largura.

#### **6.1.6. Sepultura 21**

**Tipologia:** antropomórfica simétrica, cabeceira de arco peraltado. Possui um canal escavado à superfície da rocha, a partir dos pés da sepultura, para escoamento de líquidos e um ligeiro rebordo, incompleto, para assentamento da tampa.

**Orientação:** N - S (330°)

**Dimensões:** 1,67m de comprimento e 0,58m de largura.

### **7. Freguesia de S. Tomé do Castelo**

**7.1. Lugar:** Beles - Velans/Beles/Fraga de S. Martinho

**N.º Sep.:** 0

**Descrição/Bibliografia:** Azevedo<sup>41</sup> descreve ter encontrado *uma sepultura antiga*, Carlos Erverdosa<sup>42</sup>, cita-o. O IGESPAR<sup>43</sup>, refere a existência de *uma sepultura escavada na rocha (...) num bloco solto*, destruída em tempos para extracção de pedra.

**7.2. Lugar:** Águas Santas - Águas Santas

**Coord. Geográficas:** Folha 102<sup>44</sup> **Lat.:** 41°22'14,"4 **Long.:** 7°39'10,"3

**N.º de Sep.:** 1

**Descrição/Bibliografia:** sepultura escavada na rocha – **sepultura 22** -, isolada, localizada nas imediações da igreja matriz, na berma do caminho que leva a essa, em terreno privado.

Pe. Parente<sup>45</sup> refere-a, assim como uma outra localizada a cerca de 100m desta e, sobre a qual, se estaria a construir e construiu uma casa.

<sup>41</sup> AZEVEDO, Ab. Manuel de, (1895), pp. 132 e 133.

<sup>42</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

<sup>43</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17813 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>44</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>45</sup> PARENTE, João (2004), p.135.

**Tipologia:** oval

**Orientação:** S – N (205°)

**Dimensões:** 1,82 de comprimento e 0,49 de largura.

## 8. Freguesia de Torgueda

**8.1. Lugar:** Arnadelo - Rodelo/Carvalhido

**Coord. Geográficas:** Folha 114<sup>46</sup> **Lat.:** 41°15'41,"2 **Long.:** 7°47'02,"8

**N.º Sep.:** 4

**Descrição/Bibliografia:** Necrópole de sepulturas escavadas num afloramento granítico em claro destaque na paisagem, localizado nas imediações da estrada n.º. 1244-1, a cerca de 500m para Este da povoação central de Arnadelo, na direcção desta para Ribeirões ou Pomarelhos.

Duas das sepulturas, as de elaboração mais cuidada e antropomorfas, encontram-se em propriedade pertencente à Câmara Municipal de Vila Real, as outras, preenchidas de terra, estão em propriedade privada que se encontra vedada e não lhes foi possível aceder.

C. Erverdosa<sup>47</sup> apenas refere duas sepulturas, no entanto, o IGESPAR<sup>48</sup> refere já as quatro, embora com *monumento em vias de classificação*. Mais recentemente, Parente<sup>49</sup> indica-as.

### 8.1.1. Sepultura 23

**Tipologia:** antropomórfica assimétrica, com o ombro esquerdo ligeiramente mais pronunciado. Cabeceira de arco de ferradura muito irregular e encosto occipital.

**Orientação:** O - E (255°)

**Dimensões:** 1,97m de comprimento e 0,72m de largura.

### 8.1.2. Sepultura 24

**Tipologia:** antropomórfica assimétrica, com o ombro direito ligeiramente mais pronunciado. Cabeceira de arco peraltado muito irregular e encosto occipital.

**Orientação:** O - E (255°)

**Dimensões:** 1,86m de comprimento e 0,55m de largura.

**8.1.3. Sepultura 25** – sem dados.

**8.1.4. Sepultura 26** – sem dados.

## 9. Freguesia de Vale de Nogueiras

**9.1. Lugar:** Assento - Couto

<sup>46</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 114, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>47</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 63.

<sup>48</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 3083 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>49</sup> PARENTE, João (2004), p.145.

**N.º de Sep.: 0**

**Bibliografia:** Vasconcelos<sup>50</sup> refere, citando um relatório do engenheiro J. H. von Hafe ao Ministério das Obras Publicas, em 1883, uma sepultura antropomórfica escavada numa pedra solta semienterrada, perto de Assento de Vale de Nogueiras. Esta referência encontra-se já nos Inquéritos Paroquiais de 1722<sup>51</sup>, alterando apenas a quantidade, para  *muitas*.

C. Erverdosa<sup>52</sup> indica estas duas fontes, mas nada mais. E o mesmo acontece na base de dados do IGESPAR<sup>53</sup>, onde também se refere uma fotografia de Russell Cortez, no entanto a/as sepultura/as nunca foram localizadas.

No local, a população parecia desconhecer por completo a sua existência e também não foi possível localizá-las.

**9.2. Lugar:** Galegos - Campas

**N.º Sep.: 0**

**Bibliografia:** O IGESPAR<sup>54</sup> expõe uma referência de Russell Cortez a uma necrópole de sepulturas rupestres, identificadas com o topónimo “Campas”, que realmente existe, no termo da aldeia de Galegos. No local pôde-se confirmar que a população, inclusive o proprietário do terreno, desconhece a existência destas e não se encontraram quaisquer vestígios.

## **10. Freguesia de Vilarinho da Samardã**

**10.1. Lugar:** Benagouro - Mó

**Coord. Geográficas:** Folha 102<sup>55</sup> **Lat.:** 41°22’11,”2 **Long.:** 7°43’02,”8

**N.º Sep.: 1**

**Descrição/Bibliografia:** Sepultura escavada num extenso afloramento rochoso – **sepultura 27** -, isolada, localizada no meio de um caminho que liga a aldeia a alguns campos de cultivo.

Everdosa<sup>56</sup> refere-a, assim como o IGESPAR<sup>57</sup>, e, mais recentemente, Parente<sup>58</sup>.

**Tipologia:** antropomórfica não simétrica, com o ombro direito ligeiramente mais pronunciado. A cabeceira é em ferradura, muito irregular e possui encosto occipital.

**Orientação:** O – E (310°)

<sup>50</sup> VASCONCELOS J. Leite de (1986), p. 248.

<sup>51</sup> SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva, (1987), vol. II, pp. 520 e 521.

<sup>52</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 64.

<sup>53</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17835 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>54</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17835 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>55</sup> Carta Militar na escala 1:25 000 – n.º 102, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

<sup>56</sup> ERVERDOSA, Carlos (1998), p. 63.

<sup>57</sup> Base de Dados do Endovélico – CNS n.º. 17729 in [www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt).

<sup>58</sup> PARENTE, João (2004), p.135.

**Dimensões:** 1,82 de comprimento e 0,46 de largura.

### **Interpretação dos Dados Recolhidos**

Após uma observação cuidada dos dados compilados e organizados é possível chegar a algumas conclusões, que levarão, ou pelo menos, facilitaram uma interpretação adequada à situação.

É evidente que, considerando a área total do actual concelho, cerca de 377 km<sup>2</sup>, a distribuição da ocorrência de sepulturas escavadas na rocha aponta para um fenómeno restrito: das 30 freguesias do concelho, só apenas em 10 se verificou a notícia ou existência destas. E, esta distribuição, acaba por não ser muito equilibrada; por estas 10 freguesias conhecem-se notícias de, pelo menos, 18 possíveis locais de enterramento, no entanto, as 27 sepulturas registadas correspondem a apenas metade destes locais. Existem, portanto, freguesias das quais existe notícia de 2, 3 e 4 locais de enterramento, comportando entre 1 e 8 sepulturas. O desequilíbrio torna-se ainda maior se tivermos em conta que 12 destas 27 sepulturas se situam em duas freguesias que, até 1721, pertenceram a S. Lourenço de Ribapinhão, concelho de Sabrosa e que correspondem a 3 dos 6 locais de enterramento de que para estas há notícia. Das 27 sepulturas registadas, apenas 22<sup>59</sup> reuniam condições para uma análise completa (ou seja, tipologia, dimensão, orientação e articulação com outros elementos). Entre as sepulturas excluídas para análise, encontra-se uma sepultura muito incompleta, parte do agrupamento de S. Miguel da Pena. Desta sepultura é apenas visível o contorno inicial que delinearia a sepultura, dando-lhe a forma desde início para depois rebaixar<sup>60</sup>. Neste caso apenas se começou a delinear a cabeceira, que ficou incompleta, talvez por um erro de cálculo; pode-se pensar que a sepultura 17 já tivesse sido aberta, não deixando, portanto espaço suficiente para esta nova.

Em relação à toponímia, não se verificou a frequência de designações significativas. Verificou-se, no entanto, duas repetições da articulação do local com o topónimo “S.Miguel” (“Lage de S- Miguel”, Justes e S. Miguel da Pena), assim como três repetições da designação “Lameira” (“Lameira Redonda”, Lames; “Lameira”, Gache e “Lameira”, S. Miguel da Pena).

Metade dos locais onde se verificaram existir sepulturas ocupam posições de

<sup>59</sup> Foram excluídas da análise as sepulturas número 9 (localizada no Santuário de N.ª. Sr.ª. de Lourdes, Justes), por não se encontrar *in situ*; 15 (localizada no lugar da Abobeira, freguesia de Mouços), por se encontrar demasiado incompleta; 19 (localizada no lugar na freguesia de S. Miguel da Pena) pois não do contorno inicial da cabeceira de uma sepultura que não se chegou a efectuar; e 25 e 26 (localizada na freguesia de Torgueda), pois não se conseguiu a devida autorização para entrar na propriedade privada em que se localizavam.

<sup>60</sup> BARROCA, Mário Jorge (1987), p. 121.

claro destaque na paisagem, predominando sobre esta. Pelo menos 5 destas ocupam, também, locais de altitude elevada, com valores que vão desde os 550 aos 790m, o que não é surpresa nenhuma, visto esta ser uma região montanhosa e, por isso, grande parte das povoações se encontrarem plantadas a altitudes como estas. Já a escolha de locais dominantes na paisagem pode não ter sido ao acaso e espelhar, de facto, uma preferência ou necessidade, que nos reporta ao seu aspecto final, do qual pouco ou nada se conhece. Posicionadas destacadas na paisagem, veriam favorecidas a função de exposição no afloramento, que não seriam tão evidente se fossem, no final, cobertas com uma fina camada de terra<sup>61</sup>.

Quanto a **distribuição** em número pelos locais de enterramento, predominam as sepulturas isoladas, ou em número não superior a 2, em relação a necrópoles (neste caso específico, agrupamentos de sepulturas em número superior ou igual a 4). Dos 9 locais de enterramento analisados, são 3 os considerados necrópoles, tendo em conta, claro, a proporção ao reduzido número de habitantes que esta zona de interior teria (e ainda tem), mas também, a informação mais ou menos segura, conhecida para 2 delas, de que seriam constituídas por mais sepulturas, hoje destruídas ou encobertas. Claro que estas necrópoles em nada se comparam às grandes necrópoles catalãs<sup>62</sup>, ou simplesmente a algumas identificadas em Viseu ou no concelho vizinho de Vila Pouca de Aguiar, onde, numa área muito restrita se registaram cerca de 20 sepulturas<sup>63</sup>.

Mas, tal como acontece na região de Entre-Douro-e-Minho, não se descarta a possibilidade destas corresponderem apenas a sectores restritos de sociedade, ou seja, uma forma de enterramento de «elite»<sup>64</sup>, levantando-se, porém, algumas dúvidas num caso específico, a necrópole do Couto, Justes. Nesta freguesia, que fez parte, em tempos, de Lameiros, vigaria anexa a S. Lourenço de Ribapinhão<sup>65</sup>, registam-se dois locais de enterramento diferentes, não muito distantes um do outro<sup>66</sup>, e ambos próximos da mesma povoação, Justes. Num destes, localizado no Lugar do Couto, registaram-se 8 sepulturas, sendo o maior agrupamento de sepulturas registado no concelho. O primeiro documento

---

<sup>61</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 119.

<sup>62</sup> Como a de *Revenge*, Burgos, onde se identificaram cerca de 130 sepulturas (**CASTILLO, Alberto del** (1982), p. 843).

<sup>63</sup> **CARDOSO, António Joaquim e BARROCA, Mário Jorge** (1983), p.11

<sup>64</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 133.

<sup>65</sup> **COSTA, Américo** (1868-1869), p. 520.

<sup>66</sup> Apenas um destes foi localizado, mas são seguras as fontes que indicam o outro (**ERVERDOSA, Carlos** (1998), p. 62.).

conhecido que refere Justes é uma *carta de povoamento*, datada de 1222<sup>67</sup>, considerada como a “certidão de nascimento” da aldeia que identifica “nominalmente os primeiros povoadores”<sup>68</sup>. Esta carta contempla apenas 6 fogos (com a possibilidade de comportar mais 3), que, apesar de muito pouco parece identificar esta aldeia como uma das mais importantes e com melhores perspectivas de desenvolvimento<sup>69</sup>.

No que diz respeito à **localização**, em todos os casos a abertura da sepultura/necrópole ocorreu junto a um caminho, nas imediações de uma povoação. Em muitos dos casos este caminho faz ligação não só entre a povoação e campos de cultivo, mas também a pode ligar a outras<sup>70</sup>. Em nenhum dos casos se identificou alguma articulação com uma igreja ou qualquer outra estrutura (hoje existentes).

Em relação à **tipologia**, existem quase tantas sepulturas antropomórficas como não-antropomórficas. Em 23<sup>71</sup> analisadas, 12 são antropomórficas e 11 não-antropomórficas (a maioria oval e apenas 2 trapezoidais), englobando estas últimas, 2 mais irregulares que reportam para um antropomorfismo incipiente, em que se destaca apenas o ombro direito (número 11 e 12). Não é possível, no entanto, estabelecer alguma relação de evolução, confirmando as teorias de A. del Castilho, pois estas últimas encontram-se juntas, mas isoladas de quaisquer outras ou quaisquer estruturas. Nas sepulturas antropomórficas, dominam as cabeceiras de arco peraltado, só se verificando dois casos apenas com cabeceiras de arco de volta perfeita e outros dois de arco de ferradura.

Neste caso, não há nada que indique haver uma ligação entre as sepulturas isoladas e a sua tipologia; em três dos cinco casos em que se registaram sepulturas isoladas estas eram antropomórficas, no entanto, em dois dos três casos em que se verificou a existência de quatro ou mais sepulturas juntas, estas eram antropomórficas também. Em relação às sepulturas não-antropomórficas, sete das dez registadas encontram-se no mesmo agrupamento, do qual faz parte, também, uma sepultura antropomórfica.

Estes dados não confirmam a hipótese, estipulada por Katja Klieman<sup>72</sup>, de que as sepulturas não-antropomórficas estariam, na maioria, isoladas,

<sup>67</sup> MARQUES, José (1983), p. 110.

<sup>68</sup> MARQUES, José (1983), p.111.

<sup>69</sup> MARQUES, José (1983), p.113.

<sup>70</sup> Como acontece no lugar da *Lage de S. Miguel* (Justes) da *Lameira Redonda* (Lamares), da *Recta de Gulpilhares* (Mondrões), da *Abobeira* (Mouços) e em Arnadelo (Torgueda).

<sup>71</sup> Considerou-se, aqui, a sepultura 9 (localizada no Santuário de N<sup>o</sup>. Sr<sup>a</sup>. de Lourdes, Justes), pois o facto de não se encontrar *in situ* não impede a sua análise tipológica.

<sup>72</sup> Segundo Katja Klieman, teoria abordada por BARROCA, Mário Jorge (1987), p. 116.

correspondendo a um tipo de habitat disperso, longe de um povoado (ou templo), sem recurso a mão-de-obra especializada.

A maior parte das sepulturas possui um comprimento superior a 1,70m<sup>73</sup>; entre as restantes apenas uma apresenta dimensões que a possam relacionar com um enterramento de criança ou adolescente (1,40m). Uma das sepulturas atinge mesmo os 2,02m de comprimento, nos quais devemos imaginar, no mínimo, cerca de 10 a 20 cm<sup>73</sup> a menos, para supor a estatura do defunto.

Em relação à largura, esta última sepultura referida atinge os 91cm. Das restantes, a maioria possui uma largura superior a 50cm, mas ocorrem alguns casos em que é inferior, embora pouco, o que tornaria o sepulcro bastante apertado para uma pessoa com uma boa constituição física.

No caso da **orientação** das sepulturas, a diversidade é grande. Predomina a orientação N-S, com 12 casos registados, seguida da orientação O-E, com 8. Existem também 2 casos em que se verificou a orientação S-N.

Na maior parte dos casos, senão em todos, a escolha do penedo a “talhar” ou a tentativa de aproveitamento máximo do espaço disponível, determinou completamente a orientação da sepultura. E, olhando para a necrópole do Couto, Justes, ou o lugar de *Castanheira*, Lamares, verifica-se que, tal como no Entre-Douro-e-Mínho, esta situação não parece ser de importância extrema<sup>74</sup>. No entanto, o observado na dita necrópole pode ter outra explicação; este é, maioritariamente, constituída por sepulturas ovaladas, ditas por A. del Castilho como as mais antigas (século VI e VIII), de uma época em que os cânones religiosos não seriam bem aceites ou conhecidos ainda<sup>75</sup>. Aqui, já parece haver uma estreita relação entre as sepulturas isoladas e a sua orientação; dos 6 casos em que se verificou serem isoladas as sepulturas, apenas uma estava orientado O-E e, correspondia a uma sepultura antropomórfica. Não parece, no entanto, haver uma forte relação entre a tipologia das sepulturas e a sua orientação, apenas indícios: das 12 sepulturas com orientação N-S, 6 são antropomórficas, no entanto, das 8 sepulturas com orientação O-E, 5 também o são; ou seja, das 10 sepulturas não-antropomórficas registadas, apenas 3 apresentam uma orientação O-E.

Esta análise remete-nos de novo para a teoria da evolução cronológica de A. del Castilho, acima evocada e quase confirmada, não fosse o facto das sepulturas antropomórficas aparecerem quase em igual número com orientação N-S e O-E.

<sup>73</sup> BARROCA, Mário Jorge (1987), p. 121.

<sup>74</sup> BARROCA, Mário Jorge (1987), p. 123.

<sup>75</sup> BARROCA, Mário Jorge (1987), p. 123.

No caso da classificação de uma orientação O-E, em que a cabeceira deverá apontar os 270°, foi dada uma tolerância de 40°, a Norte ou Sul<sup>76</sup>. Esta tolerância teria o objectivo de compensar o desvio que a rota aparente do Sol indica durante o Solstício de Verão ou Inverno.

Tendo em conta esta situação, calculou-se a tolerância exacta a dar na actualidade, utilizando os valores do azimuth do Sol relativos ao período de 16 de Dezembro de 2007 a 16 de Dezembro de 2008, para o Porto<sup>77</sup>. O paralelismo ficou muito aquém do esperado: durante o Solstício de Verão, a tolerância máxima admitida seriam 33° e durante o de Inverno, 31°, pelo que a maior parte das orientações registadas para as sepulturas não se enquadra aqui. Regendo-nos por estes valores, apenas podíamos considerar 2 sepulturas (das 8 registadas) orientadas verdadeiramente a O-E. No entanto, este paralelismo nunca poderia ser tomado em conta uma vez que não possuímos dados de cálculo, com uma variação diária, relativos ao século XI e para esta região específica.

### **Algumas Conclusões**

Quando se experimenta uma interpretação mais aprofundada acerca do tema, deparamos com uma enorme escassez de dados que permitam levar a cabo esta tarefa. Em nenhum dos casos se verificou a articulação dos sepulcros com um templo ou qualquer outra estrutura que permitisse estabelecer uma barreira cronológica, assim como não ocorreu, em nenhum dos locais, alguma escavação científica que desse a conhecer dados que não os registados. É apenas possível articulá-los com algumas cronologias exactas conhecidas.

Já parece ser regra a comparação com as necrópoles Catalãs e Castelhanas, das quais os trabalhos, por A. del Castillo, marcam, até hoje, um importante passo na interpretação deste *fenómeno*. Assim sendo, consideraríamos as sepulturas ovais e trapezoidais de Justes, Lagares e S. Tomé do Castelo como as mais antigas, do século VII, o antropomorfismo incipiente das sepulturas de Lmares como o início do desenvolvimento para o antropomorfismo simétrico, no século IX, e as sepulturas antropomórficas, como as de Mondrões, Mouços, S. Miguel da Pena, Torgueda, Vilarinho da Samardã (e até os dois casos em Justes), como do período áureo da utilização deste tipo de sepulcros, o século X.

Fica, porém, a dúvida de que esta rígida cronologia se adapte à região em

<sup>76</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 123.

<sup>77</sup> Publicadas no Almanaque anual do Observatório Astronómico de Lisboa in <http://www.oal.ul.pt/index.php?link=dados2007#>

análise. Já a cronologia mais alargada proposta por K. Klieman<sup>78</sup>, se parece adaptar melhor: as primeiras sepulturas escavadas na rocha seriam do século VIII para a frente, o maior desenvolvimento ocorreria durante os séculos IX a fins do XIII, com o período áureo até finais do século XI e sobrevivendo, a partir, daí apenas exemplos esporádicos; a maior parte das antropomórficas seriam dos séculos IX-X.

Analisando os outros dados disponíveis, podemos estabelecer algumas barreiras cronológicas que nos ajudem a interpretar estes acontecimentos nesta região específica.

O processo de Reconquista Cristã inicia-se na segunda metade do século IX, com as presúrias do Porto, Chaves, e Coimbra, nos anos de 868, 872 e 878, respectivamente, de onde partiram outras presúrias com o intuito de reconquistar, repovoar e reorganizar os territórios circundantes. Apesar de se saber hoje que estes territórios nunca se viram totalmente despovoados, muito pelo contrário, apenas privados do enquadramento político e administrativo<sup>79</sup>, também se reconhece que as presúrias do Porto apenas chegaram a Zamora, nos finais do século IX (ano de 893)<sup>80</sup>.

As primeiras notícias que possuímos para estas povoações são, no entanto, posteriores. As referências mais antigas são já de finais do século XI (1091), para os lugares de Mondrões, S. Miguel da Pena e Torgueda e, para nenhuma destas é, ainda, referido o “orago”, indicação de que já existiria uma paróquia. Em todas estes locais se registam sepulturas antropomórficas, em alguns casos simétricas (S. Miguel da Pena), assim como agrupadas em número de 4 ou superior (Miguel da Pena e Torgueda).

As datas conhecidas parecem confirmar a ideia de que as sepulturas antropomórficas são contemporâneas do período da Reconquista, a partir do qual proliferam, pelo menos, até finais do século XI, e talvez século XII e XIII.

O facto da reorganização das paróquias no Norte de Portugal ocorrer por volta dos séculos XII e XIII, altura em que já pode exigir pessoas suficientes para assegurar a vida eclesial, manter os actos litúrgicos e prestar alguns serviços ao bispado<sup>81</sup>, parece também confirmar esta cronologia. A Reforma Paroquial seria, segundo Mattoso<sup>82</sup>, uma consequência directa da introdução, nos séculos XI e XII, do programa da Reforma Gregoriana, assim como a introdução do

---

<sup>78</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 118.

<sup>79</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (2003), p. 122.

<sup>80</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (2003), p. 123.

<sup>81</sup> **ALMEIDA, C. A. Ferreira de** (1986), p. 115.

<sup>82</sup> **MATTOSO, José** (1984), pp. 44 e 49.

direito canónico romano. Um dos principais objectivos era a afirmação da territorialidade do direito eclesiástico, pois é marcado o início da identificação de “paróquia e “freguesia”, espelhada na obrigação de baptismo ou enterramento (tal como outros sacramentos) na igreja paroquial. O processo de reconquista e repovoamento era também favorecido pois a existência de uma igreja era certeza absoluta de que o local se encontrava povoado<sup>83</sup>.

Em nenhum destes três locais se verifica uma articulação com um templo, a Igreja Paroquial, o que faz acreditar na Reforma Paroquial como uma barreira cronológica, sem nunca esquecer, claro, que poderiam ter existido templos nas imediações dos locais de enterramento, hoje destruídos. O caso de S. Miguel da Pena espelha bem essa situação: as sepulturas encontram-se, actualmente, completamente rodeadas por habitações; nada nos garante que não tivesse existido qualquer estrutura articulável com os sepulcros, ou então que esta pequena “amostra” não fizesse parte de uma necrópole maior que se estenderia até à igreja local (de Época Moderna, hoje, mas que pode estar a ocupar o lugar de outra muito posterior).

Apesar disso, outra situação parece confirmar a anterioridade à Reforma Paroquial; Mondrões, um dos locais referido em 1091 e no qual se registou uma sepultura escavada na rocha parece ter pertencido, até 1220<sup>84</sup>, a S. Miguel da Pena, paróquia desde 1134<sup>85</sup>. Ora o facto de termos dois locais de enterramento diferentes no mesmo território paroquial, leva a acreditar que este mesmo ainda não estivesse organizado quando as sepulturas foram abertas. Em nenhum outro caso se verificou uma articulação com um templo ou a Igreja Paroquial, no entanto, a confirmação de uma barreira cronológica não parece ser assim tão simples. No caso de Abaças, um dos locais registados onde a única sepultura existente foi destruída, sabe-se que a paróquia teria sido constituída entre 1071 e 1137, pela acção da Diocese de Braga<sup>86</sup>, no entanto, o local onde a sepultura teria sido aberta é Bujões e não Abaças, pelo que deve ser anterior à constituição da freguesia.

Em relação a Mouços e S. Tomé do Castelo, o caso é idêntico. Conhece-se, para a primeira, uma referência de 1120 que já indica o seu orago, “Sancto Salvatore de Boucoos (Baucoos e Bouzoos)”<sup>87</sup>, expondo-a, assim, como freguesia, devendo ser as sepulturas, localizadas na Abobeira e possivelmente em Sanguinhedo, anteriores a esta data. Já a S. Tomé do Castelo, anexado da

---

<sup>83</sup> ALMEIDA, C. A. Ferreira de (1986), p. 116.

<sup>84</sup> COSTA, Pe Avelino Jesus da (1959), pp. 260 e 261.

<sup>85</sup> COSTA, Pe Avelino Jesus da (1959), pp. 260 e 261.

<sup>86</sup> AMARAL, Luís Carlos (2007), p. 212.

<sup>87</sup> COSTA, Pe Avelino Jesus da (1959), Ap. Doc 64. pag. 262.

reitoria de S. Salvador de Mouços, foi-lhe entregue o foral em 1212<sup>88</sup>, mas só em 1224 se inicia a “Erecção da igreja de S. Cristóvão de Panóias”<sup>89</sup>. A sepultura deverá também ser anterior a 1212, e talvez bastante, visto tratar-se, neste caso, de uma sepultura não-antropomórfica.

Já para a sepultura encontrada na aldeia de Benagouro, Vilarinho da Samardã, a barreira cronológica é bem mais complicada de estabelecer. Vilarinho da Samardã é sede de freguesia desde 1255, o que é, sem dúvida, uma barreira bastante tardia, embora aceitável ainda, segundo os parâmetros de K. Klieman. Conhece-se, no entanto, para Santa Maria de Adoufe, referida desde 1128<sup>90</sup>, o lugar de Vilarinho, mas está por confirmar se se trata do mesmo local.

O lugar de Assento, na freguesia de Vale de Nogueiras seria o único onde talvez se pudesse encontrar uma sepultura escavada nas imediações de uma igreja. No entanto, esta sepultura não foi localizada e presume-se que tenha sido destruída, pelo que se desconhece totalmente qual a relação desta com o templo. Sabe-se que Vale de Nogueiras é paróquia em 1220<sup>91</sup>, e, mais uma vez a sepultura, a existir, e não na sede de paróquia, deverá ser anterior ao século XIII.

O caso da freguesia de Justes e da de Lamares é bem mais complexo. Hoje são freguesias distintas mas fizeram em tempos, juntamente com o lugar de Gache (hoje freguesia de Lamares), parte de uma só, a de Lamares, que pertenceu, até 1721, a S. Lourenço de Ribapinhão, concelho de Sabrosa, como vigaria anexa<sup>92</sup>. Só nestas duas, encontram-se 12 das 27 sepulturas referidas, distribuídas por 3 dos 6 locais de enterramento de que há notícia para a mesma região. Tal dispersão só pode indicar que estas sepulturas teriam sido abertas muito antes da reorganização paroquial e, decerto, são bem mais antigas, pois das 12 apenas 2 são antropomórficas, ostentando outras 2 um antropomorfismo incipiente.

A notícia mais antiga que conhecemos de Lamares é uma Carta de Povoamento passada a Gache, em 1209, na qual se identificam os primeiros povoadores<sup>93</sup>. Na localidade de Gache foi identificado um outro local de enterramento onde há pouco tempo teria sido destruída uma sepultura, denominada de “pia”, por apresentar uma forma não-antropomórfica. A ter existido, esta sepultura identificaria um local de habitação muito anterior a esta carta de povoamento,

<sup>88</sup> Portugalia Monumenta Histórica, Leges, pg. 551

<sup>89</sup> T. T. – Mitra de Braga, cx. 1, doc. 63, cop. Sec. XIII.

<sup>90</sup> COSTA, Pe Avelino Jesus da (1959), p. 261

<sup>91</sup> COSTA, Pe Avelino Jesus da (1959), p. 263.

<sup>92</sup> COSTA, A. Carvalho da (1868 – 1869), p. 520

<sup>93</sup> MARQUES, José (1983), p.111.

semelhante a núcleos familiares isolados que, durante os primeiros séculos medievais, poderiam manter os enterramentos nas próprias casas, para que o espírito não viesse inquietar os vivos<sup>94</sup>. O mesmo se pode estipular para as três sepulturas identificadas em Lamares. Estas encontram-se distribuídas por 2 locais de enterramento diferentes, um deles, onde está apenas uma, de tipologia trapezoidal, completamente isolado. As outras duas apresentam um antropomorfismo incipiente e encontram-se nas imediações de Lamares mas, tal como as anteriores, não apresentam qualquer relação com algum templo ou simples estrutura.

Já no que diz respeito a Justes, a situação altera-se um pouco. Aqui encontram-se referenciados dois locais de enterramento diferentes, mas não muito distantes um do outro. Um deles não foi localizado, mas o outro apresenta-se como uma pequena necrópole composta por 8 sepulturas mais ou menos dispersas, em que apenas uma é antropomórfica.

Para esta localidade conhece-se uma Carta de Povoamento de Agosto de 1222<sup>95</sup> onde se referem e identificam os primeiros povoadores<sup>96</sup>. Esta parece fornecer-nos uma cronologia muito tardia para um grupo de 7 sepulturas não-antropomórficas, orientadas de forma diferente entre si e dispersas sem nenhuma organização espacial aparente.

Este espaço de enterramento apresenta, de facto, uma dispersão evidente, associada, desde logo, a uma falta de planeamento característica de uma abertura progressiva de sepulturas, espaçadas por períodos mais ou menos extensos de tempo, como havia já demonstrado a análise das orientações com que estas foram abertas. Assim, ao contrário do que seria de esperar, este local não se organiza como um cemitério caracteristicamente cristão, ou seja, cujos sepulcros se dispõem paralelamente concentrados num espaço, evidenciando-se, assim, claramente, dos visigóticos, por volta dos séculos VIII-IX<sup>97</sup>.

Se podemos, claro, colocar estas sepulturas numa fase muito anterior (século VII, por exemplo) à Carta de Povoamento, resta-nos saber quem as teria construído. Se Justes<sup>98</sup> não existia ainda, estas têm que se relacionar com outra organização territorial muito anterior, que terá “desaparecido”, tendo ocupado o seu lugar uma nova povoação. Mas assim sendo, como pode, entre estas sepulturas, aparecer uma antropomórfica, colocada, tipologicamente,

---

<sup>94</sup> **RIU, Manuel** (1982), p. 32.

<sup>95</sup> **MARQUES, José**(1983).

<sup>96</sup> **MARQUES, José** (1983), p.111.

<sup>97</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 130.

<sup>98</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 130.

na Época da Reconquista? E, para além desta, existe uma outra, levada daqui, muito provavelmente, para o Santuário de N.º. Sr.ª. de Lourdes. Teriam os novos habitantes continuado a utilizar o mesmo local de enterramento ou corresponderão, mesmo, todas estas sepulturas, a uma época tão tardia como o século XIII?

Custa a crer que um espaço desorganizado como este, em que grande parte das sepulturas apresenta muito pouco cuidado técnico na elaboração e muita irregularidade na orientação, date de uma época tão tardia, que, supostamente, estaria marcada apenas pela sobrevivência esporádica de algumas sepulturas rupestres.

De facto, este espaço parece reportar-nos a nada mais do que uma ocupação muito posterior. Aqui, sim, faria sentido pensar numa organização territorial e de povoamento bastante anterior ao processo de reconquista e repovoamento cristão, que J. Quiroga e M. Lovelle identificam, entre o século VIII e IX, sob a acção de S. Frutuoso de Braga, que seguiria os passos de S. Martinho de Dume<sup>99</sup>.

### **Considerações Finais**

As conclusões a que se chega parecem ser vagas, no entanto, os dados disponíveis não confirmam estipulações mais ousadas ou definidas, uma cronologia única. Nenhuma escavação científica foi realizada, não se conhecem estruturas articuladas com estes locais, não se verificam indícios de uma clara evolução tipológica; os dados recolhidos para todo o concelho são esparsos e muito variados, não permitindo uma compacta síntese.

Mas o tema escolhido é em si controverso. São poucas as estações portuguesas que nos fornecem dados exactos e claros que permitam estabelecer uma “cronologia tipo” para o norte de Portugal, e, adoptar, por completo, as propostas cronológicas propostas para a Catalunha e Castela, pelo menos para esta região, parece fora de questão.

De facto, os dados disponíveis parecem apontar para uma cronologia bastante mais vasta, que se inicia no século VII/VIII (para as sepulturas não-antropomórficas), mas que pode ir, pelo menos, até finais do século XIII (para as antropomórficas).

Mas fica-nos ainda muito por descobrir. Continua a ser um mistério a escolha desta forma de enterramento, assim como a escolha do local, isolado ou não, o destaque na paisagem e o seu aspecto final (se visível ou não, se facilmente localizada e “visitada”). Aparentemente, seriam anónimas, relacionando-se,

---

<sup>99</sup> QUIROGA, Jorge L. e LOVELLE, Mónica R. (1999), p. 247.

assim, com as características do ritual litúrgico, no que diz respeito à ausência de personalização das orações entoadas à memória de alguém<sup>100</sup>.

A abertura da sepultura levaria, pelo menos, dois dias<sup>101</sup> e o corpo seria enterrado, após os três dias de velório e das lavagens rituais, envolto num sudário, na posição de *decúbito supino*, apoiado nas costas, com o ventre voltado para cima e a cabeça na vertical, olhando o céu. O caixão de madeira era dispensado e, depois do corpo depositado era deitada alguma terra e colocada a tampa<sup>102</sup>.

A partir daí talvez o sítio passasse a ser reconhecido, visitado e reutilizado, pelos familiares ou apenas por quem passasse perto, num dos muitos caminhos que normalmente lhe aparecem associados.

## Bibliografia

- ALMEIDA, C. A. Ferreira de**, “VIII A Paróquia e o seu território”, in *Cadernos do Noroeste/Sociedade, Espaço, Cultura. Minho, terras e gente*, Universidade do Minho, Ciências Sociais, Abril de 1986.
- AMARAL, Luís Carlos**, *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista : (século IX-1137)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- AZEVEDO, Ab. Manuel de**, (1895b). “Notícias archeológicas de Trás-os-Montes”, “O Castelo de S.Tomé” in *O Archeologo Português*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.
- AZEVEDO, Manuel de** (1895a), “Notícias archeologicas de Trás-os-Montes”, in *O Archeologo Português*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.
- BARROCA, Mário Jorge**, *Necrópoles e Sepulturas Medievais (séculos V a XV)*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987.
- BARROCA, Mário Jorge**, “História das Campanhas”, in *Nova História Militar de Portugal*, dirigido por Manuel Themundo Barata e de Nuno Severiano Teixeira, Circulo de Leitores, Lisboa, 2003.
- BOTELHO, Henrique**, “Acheologia de Trás-os-Montes”, in *O Archeologo Português*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.
- BOTELHO, Henrique**, “Dolmens no concelho de Villa Real” in *O Archeologo Português*, vol. IX, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

<sup>100</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 121.

<sup>101</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), p. 121.

<sup>102</sup> **BARROCA, Mário Jorge** (1987), pp. 125 a 127.

- CARDOSO, António Joaquim e BARROCA, Mário Jorge**, *Sepulturas medievais na terra de Aguiar de Pena : Vila Pouca de Aguiar*, Separata da Revista Arqueologia, nº8, Dezembro, 1983.
- CASTILLO, Alberto del**, *Cronologia de las tumbas llamadas «olerdolanas»*, in Actas del XI Congreso Nacional de Arqueología. Mérida, 1968.
- COSTA, Pe Avelino Jesus da**, *O bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*, volume II, F.L.U.C., Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, Coimbra, 1959
- ERVERDOSA, Carlos**, *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real*, Vila Real, 1986.
- MARQUES, José**, *O Povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Justes, Torre e Soudel, no século XIII*, Vila Real, 1983
- MATTOSO, José**, Os rituais da morte na liturgia hispânica (séculos VI a XI), INCM, 1984.
- PARENTE, João**, *O Castro de S. Bento (Concelho de Vila Real) e o seu Ambiente Arqueológico*, Tipografia Minerva Transmontana, Vila Real – Outubro de 2003.
- QUIROGA, Lorge L. e LOVELLE, Mónica R.**, “Topografia Funeraria entre el Miño e el Duero durante la Antigüedad Tardía (s. V – VII): Aproximación a un Marco Cronológico y Tipológico”, in *Madridier Mitteilungen*, 40, Madrid, 1999.
- RIU, Manuel**, “Alguns Costums Funeraris de l’Edat Mitlana a Catalunya”\_in *Necròpolis I sepultures de Catalunya*, «Acta/Mediaevalia», ANNEX I, Departament d’Història Medieval, Institut d’Història Medieval, Facultat de Geografia i Història – Universitat de Barcelona; Pedralbes – Barcelona, 1982.
- SOUSA, Fernando de; GONÇALVES, Silva**, *Memórias de Vila Real*, vol. I e II, Arquivo Distrital de Vila Real. Câmara Municipal de Vila Real, Vila Real, 1987.
- VASCONCELOS J. Leite de** (1896), *O Archeologo Português*, vol. II (10-11), Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

#### **Outros:**

Cartas Militares na escala 1:25 000 – nºs 101, 102 e 114, Série M 888, Edição 3 – IGE – 1997.

[www.ipa.min-cultura.pt](http://www.ipa.min-cultura.pt) (antigo “Instituto Português de Arqueologia”)  
[www.oal.ul.pt](http://www.oal.ul.pt) (Observatório Astronómico de Lisboa)

## Anexos

**Fig. 1 –**  
Distribuição  
das sepulturas  
pelo concelho.



• - Sede de freguesia

■ - Local com sepulturas

□ - Possível local de enterramento com sepulturas

1 - Abaças

6 - Pena

2 - Justes

7 - S. Tomé do Castelo

3 - Lamares

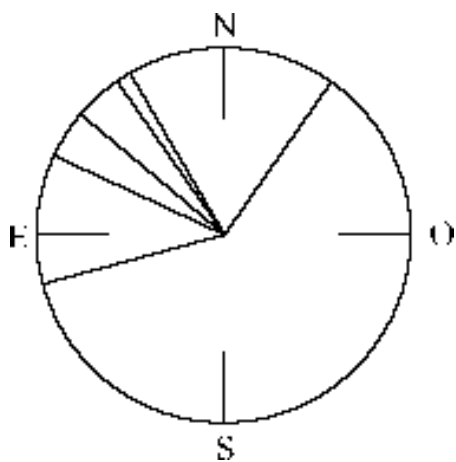
8 - Torgueda

4 - Mondões

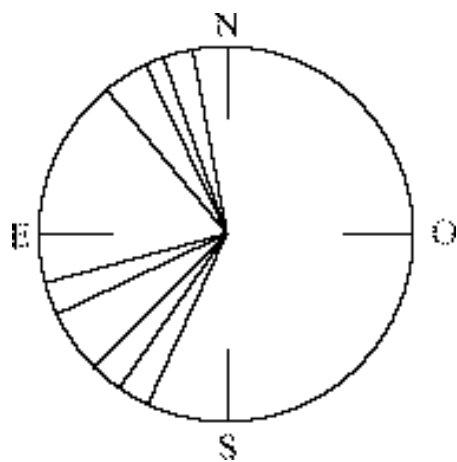
9 - Vale de Nogueiras

5 - Mouços

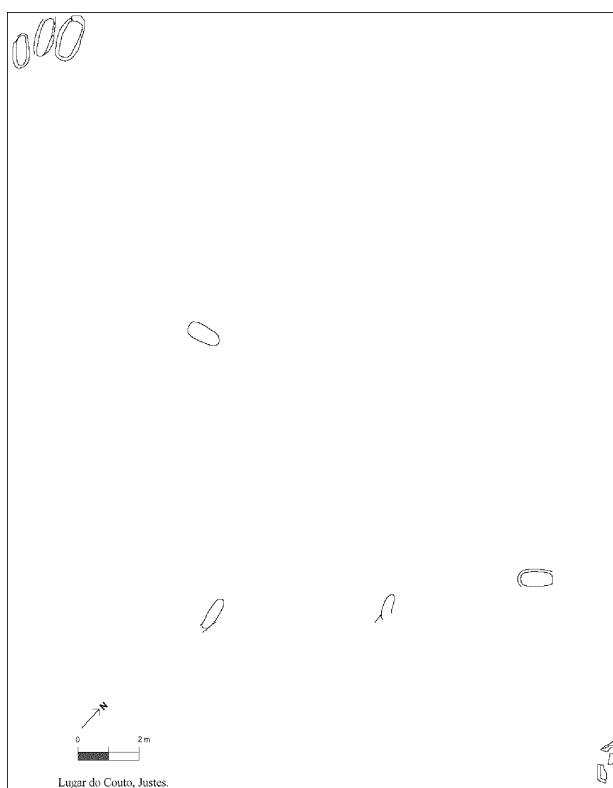
10 - Vilarinho da Samardã



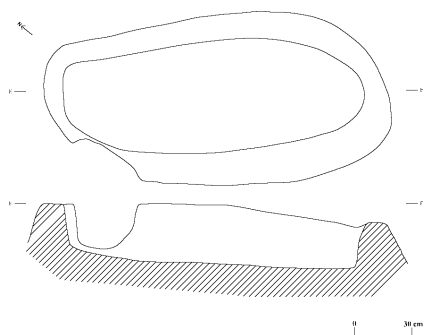
**Fig. 2** - Orientações das sepulturas antropomórficas registadas.



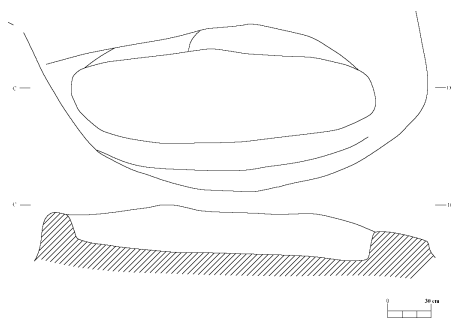
**Fig. 3** - Orientação das sepulturas não-antropomórficas registadas.



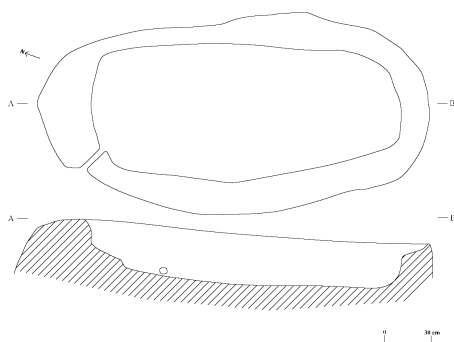
**Fig. 4** - Croquis do espaço de enterramento de lugar de Couto, Justes.



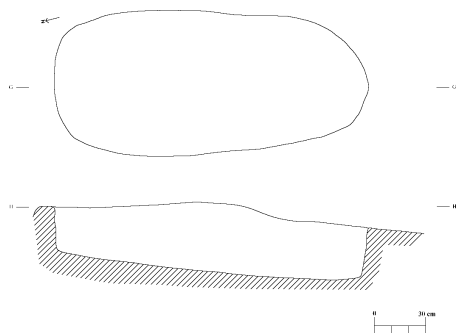
**Fig. 5** – Sepultura 1, lugar de Couto, Justes.



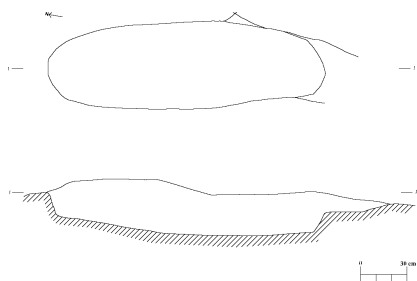
**Fig. 6** – Sepultura 2, lugar de Couto, Justes.



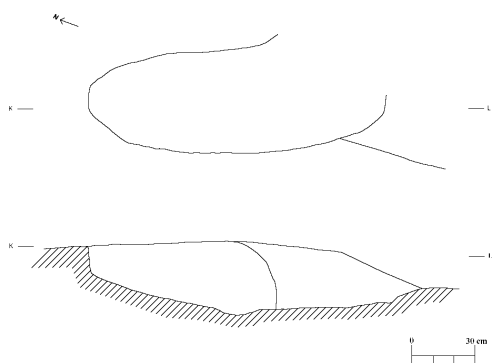
**Fig. 7** – Sepultura 3, lugar de Couto, Justes.



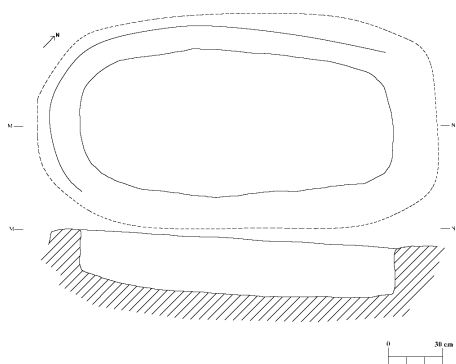
**Fig. 8** – Sepultura 4, lugar de Couto, Justes.



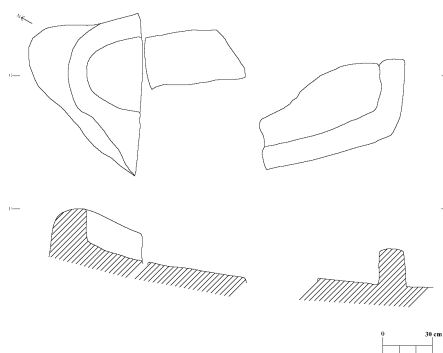
**Fig. 9** – Sepultura 5, lugar de Couto, Justes.



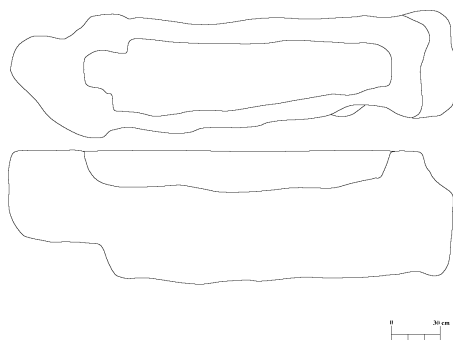
**Fig. 10** – Sepultura 6, lugar de Couto, Justes.



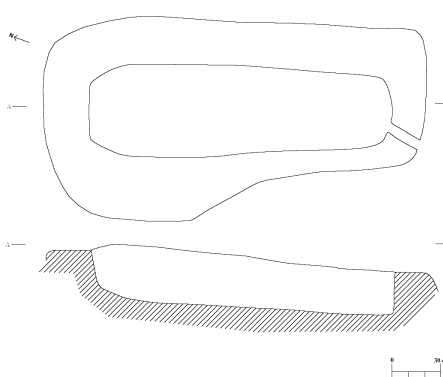
**Fig. 11** – Sepultura 7, lugar de Couto, Justes.



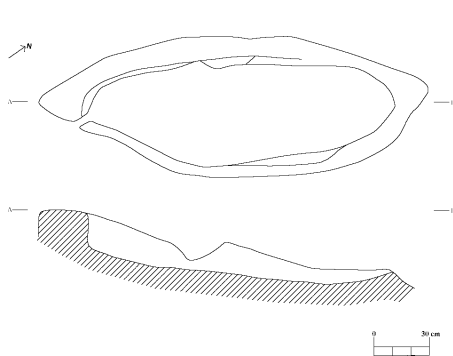
**Fig. 12** – Sepultura 8, lugar de Couto, Justes.



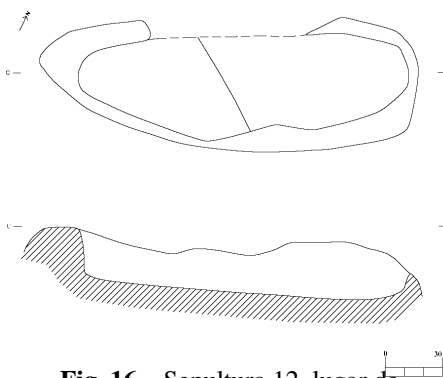
**Fig. 13** – Sepultura 9, actualmente no Santuário de N.ª Sr.ª de Lourdes, Justes.



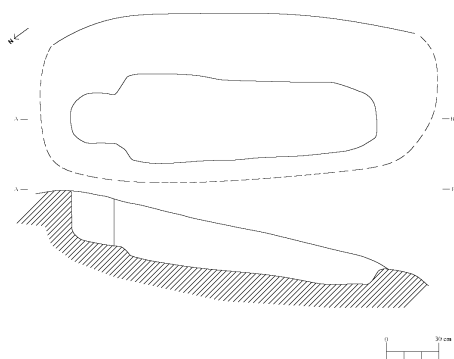
**Fig. 14** – Sepultura 10, lugar de Lameira Redonda, Lames.



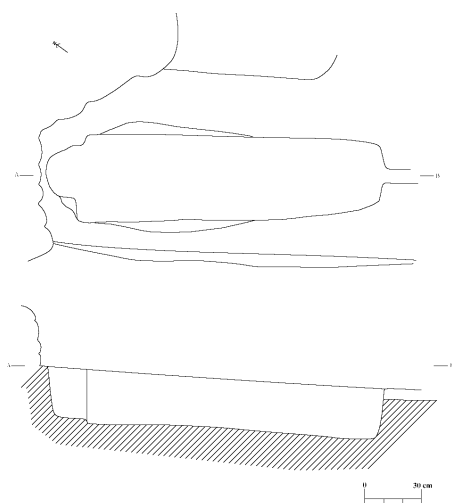
**Fig. 15** – Sepultura 11, lugar de Castanheira, Lames.



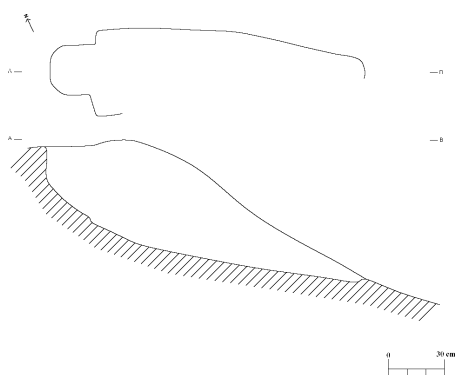
**Fig. 16** – Sepultura 12, lugar de Castanheira, Lames.



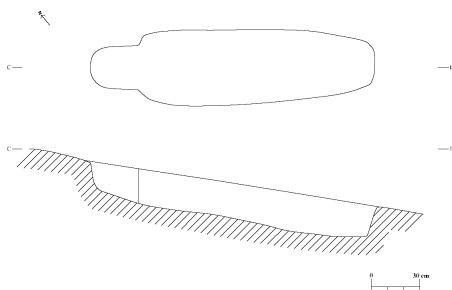
**Fig. 17** – Sepultura 13, Recta de Gulpilhares, Mondrões.



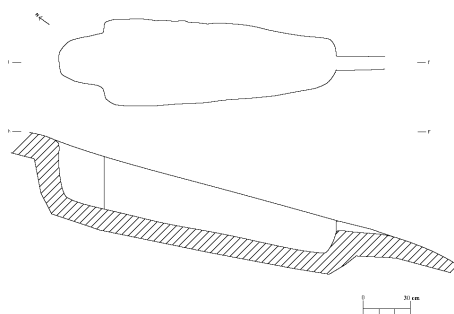
**Fig. 18** – Sepultura 14 e 15, Abobeira, Mondrões.



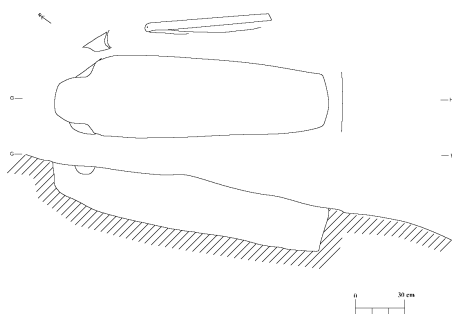
**Fig. 19** – Sepultura 16, Lugar de S. Miguel da Pena.



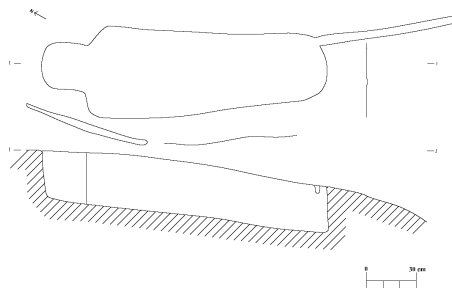
**Fig. 20** – Sepultura 17, Lugar de S. Miguel da Pena.



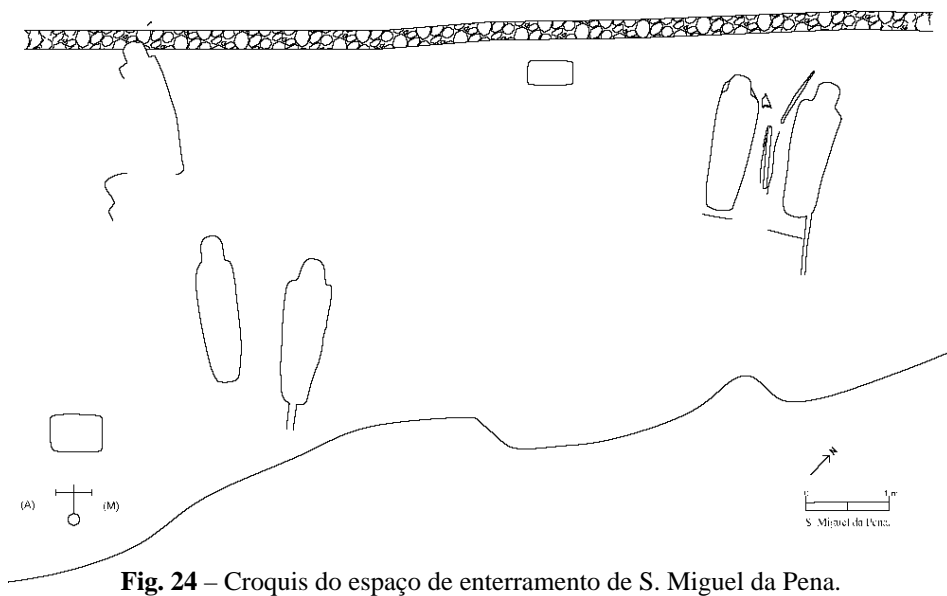
**Fig. 21** – Sepultura 18, Lugar de S. Miguel da Pena.



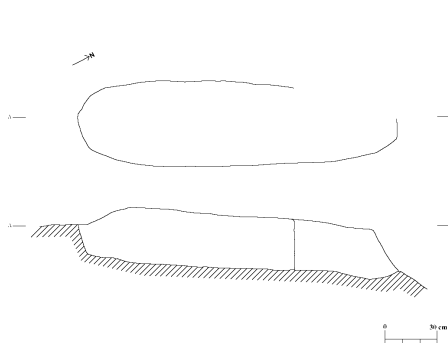
**Fig. 22** – Sepultura 20, Lugar de S. Miguel da Pena.



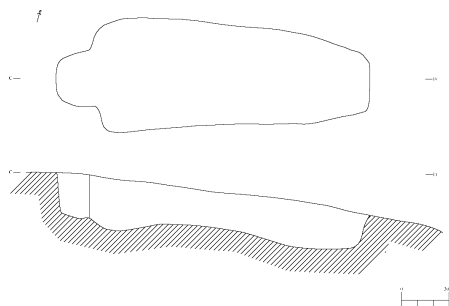
**Fig. 23** – Sepultura 21, Lugar de S. Miguel da Pena.



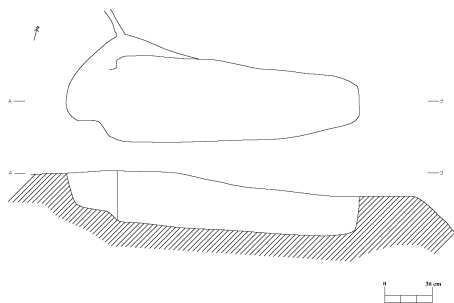
**Fig. 24** – Croquis do espaço de enterramento de S. Miguel da Pena.



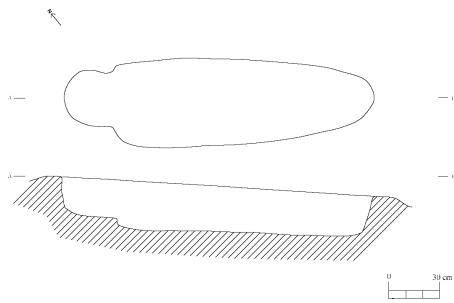
**Fig. 25** – Sepultura 22, Águas Santas, S. Tomé do Castelo.



**Fig. 26** – Sepultura 23, lugar de Rodelo/Carvalhido, Arnadelo, freguesia de Torgueda.



**Fig. 27** – Sepultura 24, lugar de Rodelo/  
Carvalhido, Arnadelo, freguesia de  
Torgueda.



**Fig. 28** – Sepultura 27, lugar da M6,  
Benagouro, freguesia de Vilarinho da  
Samardã.

# Abordagem à poesia de A. M. Pires Cabral

*João de Sá*

## **1. O canto inadiável da terra mater**

Os tempos não correm de feição aos poetas que incensam os penates com fervoroso empenho, sacrificando no altar das origens, sob a tutela dos espíritos do lar, os frémitos do seu poder criador.

A observância deste vínculo afectivo ao agro primevo sugere-me sempre o olhar nostálgico de Eneias ao abandonar a velha Tróia a consumir-se na vermelhidão do incêndio ateados pelos gregos, transportando aos ombros o seu alquebrado pai Anquises, e este abraçando, desveladamente, os deuses dos seus antepassados.

Esta atitude de perpetuação do fundamental, de um património que persiste na vertigem do tempo, e sem o qual é manifesto o nosso empobrecimento espiritual, força-me a transcrever a lapidar advertência de Walter Benjamin: «Tornámo-nos pobres. Fomos entregando uma porção atrás da outra da herança da humanidade, com frequência tendo de a deixar na casa de penhores por cem vezes menos do que o seu valor para que nos adiantassem a pequena moeda do actual.»

Em verdade, neste indigente e insignificante mundo que nos coube em sorte (ou em desdita?), o abandono do espiritual, a noção de esvaziamento do que enobrece a humana condição, a supremacia da máquina e da técnica, a sedução do ouro, os sinais de iminente apocalipse, o alheamento ante a presença dos outros, a desfiguração da esperança e o esbatimento das marcas identitárias ante o mar imenso

do global, tudo isto contribui para que olvidemos o sentido último da nossa terrena peregrinação.

Não é meu propósito entoar cantos elegíacos a um tempo ido que se vai esfumando ante as hordas vitoriosas que desfraldam bandeiras de um “presente contínuo”. E pode dizer-se que são cada vez mais raros os artistas que se comprazem e enlevam com os lugares onde foram distinguidos pela primeira vez com um naco de céu, um afago de brisa ou de raio de sol, e que interrogam as madrugadas em debandada, as quais nunca respondem às perguntas feitas, a não ser com as respostas presentes no próprio acto de indagar. De todo modo nunca renegando os laços de uma familiaridade que se sobrepõe a toda a sedução de fingimento e que alberga, ainda e sempre, uma possibilidade de metafísica do humano.

Chegado a este ponto, ocorre-me, naturalmente, a pergunta decisiva de H\_Iderlin, na elegia “O Pão e o Vinho”: «Para que servem poetas em tempo de indigência?», expressão que Heidegger explicita do seguinte modo: «Ser poeta em tempo indigente significa: cantar, tendo em atenção o vestígio dos deuses foragidos.»

Uma vez que os deuses não deixam de abandonar o espaço onde nos movemos, os tempos são sempre de indigência, manifestada por apatia, diluimento no fútil e acessório, ou estonteamento e velocidade, na maioria dos casos, simplesmente por indiferença.

Mas parece-nos relevante acentuar que é do confronto com esse tempo de indigência que se evidenciam os grandes poetas. Valendo-nos da prata da casa, basta citarmos os casos paradigmáticos de Camões, Bocage e Pessoa: as suas talentosas criações revelam bem o desacerto com a coloração da época, o desajuste ou fractura com o estabelecido.

A. M. Pires Cabral, poeta maior que o Nordeste profundo quase desconhece, nasceu em Chacim, freguesia de Macedo de Cavaleiros, em 1941. Licenciado em Filologia Germânica pela Universidade de Coimbra, foi professor efectivo do ensino secundário, sendo assessor cultural do Município de Vila Real e exercendo actualmente funções de Responsável pelo Grémio Literário Vila-Realense, onde o seu talento exuberante e irreprimível acção se vêm manifestando em prol de uma cultura em que gesto e palavra se entrelaçam vivificadas por um humanismo de ímpar perfectibilidade.

Director da Revista *Tellus*, é autor de numerosa e multifacetada obra literária – poesia, ficção, teatro e ensaio –, tendo o seu romance *Sancirilo* obtido, em 1983, o prémio Círculo de Leitores.

Pertence este autor ao reduzido número de poetas que rendem aceso culto ao elementar, ao visível circundante, às achas da lareira nativa, recolhendo singularidades (um tufo de verdura, tralhões, um perdigão, galhos de cerdeiro, um

cogumelo, uma esteva, um carreiro de formigas...) mas sem se fechar neste círculo impressionista, procedendo a roturas em que se visiona, frequentemente, o abandono do ôntico e uma aproximação do sentido do ontológico, como quem sabe ser preciso preservar o simbólico para que nada de essencial se esbata ante a debandada dos deuses, já que aos eleitos cultores de poesia cabe a missão de “abelhas do invisível” («Nós sugamos sem parar o mel do visível para o acumular na grande colmeia dourada do Invisível», segundo a expressão de Rilke).

Nesta linha de pensamento, é notória a intenção do poeta na abertura de *Algures a Nordeste*, primeira obra da poesia reunida em *Antes que o Rio seque*:

*Desço à terra. Invento a resistência  
e o cântico diurno.  
Reconheço no pregão a fácil, fraudulenta  
comoção.  
Desço à terra ainda assim,  
arrisco o grito:*

*Terra mater, ânsia dolorida de criar,  
radioso segredo de parir,  
ó terra, eu quero-te cantar!*

*(...)  
Ó terra,  
elementar processo de amor,  
alvorada de vida, obscuro  
reino de mil vermes – ó terra,  
ó mãe, ó poeta, ó terra-rapariga,  
é-me inadiável te cantar!*

E o que enseja o canto e o articula são sentimentos de amor, ternura e solidariedade com a terra e com quem a desbrava. E o que o justifica, firma e fundamenta é o poeta estar certo de que não é mais do que um produto dela («A terra é urgente: ela me fabricou.»). E também a imperiosidade do poema que se ramifica até atingir o universal («O canto é urgente: ele me prendeu, / cósmico cordão umbilical, lícita algema. / Logo: como não cantarei?»). E, atingido este estádio, não é difícil transitar para o fundamento da ordem das coisas e invadir, até, a dimensão do sagrado: «Eu vi da gente exangue os trabalhos e os dias. / Em tudo eu senti que, terra, estás presente / como um gene universal de divindade.»

E o Nordeste torna-se método de estar, o oitavo método: «Quem pega na

bússola vê / oito direcções de mundo, / oito métodos de estar. / O oitavo é o Nordeste.» E em “Hic et nunc”: «Assumir o Nordeste. Urgente. Em duro exemplo / vivo. Aqui e agora o Nordeste aprendido. / Teimar com mansidão. Como se / nunca o peito aberto me doesse.»

## 2. Vida e morte a Nordeste

Pretendi evidenciar, atrás, a fidelidade ao apego do terrestre no acto poético de A. M. Pires Cabral. Mas também quis deixar abertas algumas pistas para outros domínios onde ocorre o tal “deslumbramento sem sujeito”, permanente construção-desconstrução da palavra que é o sublimante “voo sem pássaro dentro”, para utilizar uma feliz designação de Adolfo Casais Monteiro. E quero com isto reafirmar que a poesia em apreço será desfigurada e empobrecida se a acantonarmos sob o rótulo de “regionalista” e não estivermos atentos a uma inquietação dominante, logo transfiguradora, que a percorre e estrutura.

Nesse austero Nordeste – terra de águias e ventos, de arcos-da-aliança cingindo o lilás de cerros desavindos –, também a morte, “Senhora dos Dentes Arreganhados”, faz, de vez em quando, a sua pressaga aparição, sem alarde, em passadas de felpa, não revelando nunca o ferrolho que a sua longilínea mão de celofane vai abrir...

Não obstante, «em 26 de Setembro de 1973 / ainda havia vida algures a Nordeste”. A paisagem era «uma fremente e alegre aleluia», um painel de apoteóticos acordes. Entre «as falazes canseiras da vindima», aves, formigas de asa, lagartos e moscardos riscavam de movimento, sons e cores, a tapeçaria barroca dos princípios de Outono. E iam abrindo, ao longo das veredas da feira da vida, as tendas repletas de dionisíacos adornos, onde se prendiam os semblantes das raparigas que passavam nimbadadas de viço e cachos de uvas. «Por estranho que pareça / em 26 de Setembro de 1973 / a química não passava / a vida resistia algures a Nordeste.»

A despeito da sumptuosidade que se desprende deste poema intitulado “Vida”, a morte emerge do pregueado das horas e, sem aviso, impõe os ditames da sua inexorável legislação:

*Do longo desamor dos dias escorridos  
a última e tão brava aprendizagem  
é a morte. Nela é que repousamos  
sós e desamparados como feno apodrecido,  
cheirosos e jacentes.*

*Estudemos a morte: a Nordeste  
não morremos diferente – tão somente mais frio.  
Derramam-nos em cima helénicas mulheres  
desenganados, lívidos clamores.  
Os amigos canonizam-nos, recordam coisas  
de camaradagem e muita comoção.  
Estamos em nossa casa, solúveis e descrentes,  
boicotados, solidários com o tempo.*

Este magnífico poema designa-se “Morte”. E há que acentuar, desde já, uma evidência lacerante: a Nordeste morre-se mais frio. E este frio robustece-se, torna-se palpável, fere, deixa de ser uma abstracção, na compungida e lapidar elegia em cinco andamentos – “Um parêntesis: Morte de Pai” –, de que ressalta o desacerto entre a natureza e a perda definitiva do progenitor:

2

*Como será teu riso, pai,  
agora que as estrelas têm brilhos secretos  
só para ti?  
Como andarás vestido, que coisas comerás,  
nesse outro lugar aonde moras hoje?*

4

*Empresta-me o teu ombro, amigo,  
empresta-me o teu ombro.*

5

*A horta era um jardim, pai.  
Na manhã de tanto sol, a horta era um jardim:  
nunca tinha visto couves tão crescidas  
e a minha macieira por fim sempre pegou.*

*A horta era um jardim, pai,  
à hora em que morrias.*

Forma indirecta de abordar o tema da morte é ainda o poema de invulgar altura “Outro Parêntesis: Mãe”, que não se entrega facilmente e daí permanecer na sua majestade magnetizante, modelar na forma e conteúdo, em que o verso tem o dom de exprimir muito para além do que as palavras enunciam: «A cortina de ramagens, mãe, eu arranquei-a, / não sabia que choravas lá por dentro / nem que os frouxos olhos de resina / por tuas lágrimas se derretiam». Versos para serem lidos devagar, num cicio de prece, pois neles confrontamo-nos com as densas sombras ocasionadas pelo desaparecimento do companheiro de uma vida. Nem uma pausa na melancolia a revelar caminhos de uma “imensa / Pietá de carne e osso”, sombra sem domicílio, em plainos onde a luz nunca bate de frente!

Poema exemplar à Mãe que, na fotografia do Seabra Retrartista, que não captara as dimensões interiores, ficara parecida com uma lâmpada, e que tentava inutilmente queimar, porque ninguém podia adivinhar «que as mães são incombustíveis» e, quando jovens, são as mães de todas as crianças. E, como o poeta «ignora as virtudes de morrer», pode preferir o brado sublime: «Se um dia tu morreres (do que duvido, / tu és incombustível / sê incombustível!) / morrerei em ti a minha parte – / como quem divide uma herança, sem buscar / dela a melhor sorte, a mais sonhada. / Morrendo em conjunto, morreremos menos. / Daí à eternidade é só um passo.”

E as novas da esfíngica e seráfica Senhora do Fim vão surgindo aqui e além, «perdida a vara com que se mede o prazer», tornando-nos um «utensílio ocasional» (é assim que a morte nos usa), como o da “Jeremias Profeta” («profeta só de nome») que, ao finar-se, com “setenta e três, contados um a um», «baixou (subiu?) ao novo habitat, / aconchegou-se à tábua. E só após, / quando quis reatar a cantilena, / verificou que já não tinha voz.»

Mas onde a morte surge como tema dominante, «inscrita na pele» (e «Para quê? / Só para os rituais, / só para a interrupção, / só para a ausência inominada?// Só para a memória – não a própria, / a memória dos outros?»), é no conjunto de poemas *Como se Bosch tivesse enlouquecido* – magníficos frisos de um pártelon esculpidos em funéreo mármore, ante os quais os nossos passos desprevenidos ecoam nas vastidões da perpetuidade, porque, «Reparando bem, uma fracção / da pupila que um dia rutilou / espreita amortecida / sob a pálpebra já sem peso.»

E não podemos deixar de ser invadidos pelas imagens perturbantes desse enigmático Hieronymus Bosch, alucinado arquitecto da morte, de juízos finais, de suplícios, com uma visão ácida e satírica da existência. Seres reduzidos à finita contingência, numa ronda fantasmal de uma noite interminável povoada de pavores e pavorosas advertências.

E perante o pressentimento do futuro e inevitável silêncio do vate das blasfémias e amotinações, não adianta perguntar se a rebelião valeu a pena. Não

haverá vestígios dela. «Só ervas. Tudo o mais / retido no esplêndido, impassível / segredo do húmus.”

Mas persiste a grande interrogação, desta vez feita ao “Computador no lixo”:

*Eis um computador  
no lixo. E todavia  
o crânio de lata teve memória dentro  
– gigabytes dela! –,  
fez as quatro operações,  
aceitou versos  
no seu imaculado  
branco virtual.*

*Agora já não soma  
nem subtrai,  
nem geme poemas, nem sublinha  
erros de ortografia.*

*Os pingos de solda, precários  
metálicos neurónios,  
perderam a memória.*

*Já que te antecipaste,  
companheiro,  
diz-me como é não funcionar.*

*E se a ferrugem dói.*

### **3. Os lugares, o tempo e o homem**

A poesia de Pires Cabral vai do fragor da torrente ao rumorejo da mais íntima melodia. Sob este magnificante arco desdobra-se um mapa nativo matizado de exercícios de nostalgia e perplexidade («A terra é amarela. Os caminhos / falsos agora sob o peso da poeira / levam lugares sem nexos.»). O tempo, esse enigma que tem interessado os grandes pensadores, de Santo Agostinho a Heidegger, surge como condicionante do espaço, estrutura-o e explicita-o («Era o tempo, meu amor, / de antes que o rio seque, antes do lodo. / Nós imersos nele / e ele eternidade à nossa face.»). Finalmente o homem, esse desalentado bípede que não ergue os

olhos às estrelas nem encara a natureza como espectáculo («É verdade: a desfazer-se em suor aos borbotões / para que alguém, que não eles, tenha pão.»).

Esta tríade fulcral é quase sempre vivenciada através da câmara escura das grandes transfigurações – e então evidencia-se o mago, o poeta, no círculo de fogo da palavra, a recriar as coisas emprestando-lhes vozes e formas transcendentais, contudo humanas, fraternas e próximas, empenhado em descobrir a secreta correspondência entre a linguagem e o mundo.

E neste tentame de aclaramento, chegam-me ecos de outros grandes criadores: Celan, o trágico vate do mergulho definitivo no Sena: «Poesia: é qualquer coisa que pode significar uma mudança na respiração.» E Joseph Brodsky, o exilado das noites brancas de São Petersburgo, que, em 1964, ao ser julgado por vadiagem e parasitismo pelas autoridades soviéticas, em pleno tribunal respondeu ao juiz que o inquiria acerca da sua profissão: «Não, não estudei para isso, porque a poesia não é matéria de aprendizagem.» «O que é então?», perguntou o magistrado. E Brodsky respondeu com firmeza: «Penso que é uma dádiva de Deus!».

Ora bem, esta qualquer coisa que pode mudar a respiração – ou esta dádiva do Divino, que só em raros eleitos se manifesta – não é fácil de definir. Assim, a poesia de Pires Cabral. Quando julgamos possuir a chave de todos os esconderijos, logo várias e meandrosas veredas se nos abrem, acenando-nos de longe, como que a insinuar que, lá, se rasga o límpido horizonte donde será possível visionar a efígie da graça apaziguadora. Mas, uma vez chegados, o enleio muda de posição e a dulcífica imagem repete, incessantemente, o jogo de um impossível alcançamento.

E reside neste espaço de discórdia, sem dúvida, o encanto da genuína poesia, tão íntima da música, que em nossos labirintos interiores ecoa com a voz majestática do próprio universo, a esboçar a fugidia e sempre inalcançável noção do Ser.

Ocorrem-me, a propósito, as palavras reveladoras de Castoriadis: «Um filósofo nunca começa por dizer: Tomemos o Requiem de Mozart como paradigma do Ser; é por ele que começaremos. – Porque não podemos começar por pôr um sonho, um poema, uma sinfonia como instâncias paradigmáticas da plenitude do Ser?».

Contentemo-nos, simplesmente, com as parcelas (deixemos o Todo em sua “orvalhada imortalidade”) e procuremos cumprir o itinerário proposto.

Mesmo os lugares geograficamente assinalados, concretos, são percorridos pelo sopro metamórfico das alegorias. São espaços que extravasam dos seus limites físicos e, como harpa dedilhada, ressoam ao longo do poema: “Algo”: «(...) As escarpas e a vertigem / que faz o ninho nelas.» O abandono de “Banrezes”: «A debandada / imposta por insectos / deixou neste lugar / uma rumorosa omissão de vozes.» “São salvador do Mundo”, onde o pensamento «é mais enxada». Ou então, a desolação de “Malta”: «visito Malta a bíblica a ilha / entre ilhas na serra

enternecida / não sei se Malta é se foi ou há-de ser.» E ainda “Malta Revisitada”, com «um homem lavrando em falso na encosta defronte» e um velho que tenta explicar, com gestos sábios e terminantes, «por que Malta é pequena, / as casas negras e o chão de lama». Um arremedo desolador de escola em férias: «Das crianças, sinais certos, comoventes: / uma folha rasgada, uma lousa, um nome na carteira... / Ali detêm seus lugares seis crianças: / seis bichos sonhadores seu tempo hipotecado.» «(...) Um lugar bom para morrer em combate, / um lugar mau para estar de olhos abertos.» Ou “São Leonardo de Galafura”: «Mas nem tudo são pontos a favor / do divino: / o nosso barco move-se, enquanto / o de São Leonardo simplesmente está.”

Impõe-se que refira, neste contexto, o belíssimo poema “As Tílias”: «Exactas árvores povoando o adro longo / dos dias retirados: tílias / castas de sombra aguda na memória.» Dizer tílias e adro e, por sinestésico prodígio, regressa todo o espaço de um paraíso perdido ao «fruste Fausto fatigado fustigado» (atente-se no efeito estilístico da aliteração). São «os comparsas / dos jogos dia a dia ali cumpridos», «é Alvites, Chacim, / Macedo, todos os odores cheirosos / e antigos a ressumar frescura e fim de tarde.»

Como entendemos e sentimos tudo isto! Também nós tivemos – há tanto, tanto tempo! – um adro de festividades e saborosa lentidão. E tílias de doce fragrância. E jogos infantis e corpos gráteis movendo-se num espaço só povoado, presentemente, pelos fantasmas das recordações, muitos que a morte guarda já no chumbo impenetrável do seu segredo. Suprema inverdade, é certo, ou uma verdade maior presentificada pela memória para atapetar o trilho pedregoso do quotidiano.

Trata-se de um paraíso perdido e, à boa maneira proustiana, recuperado pela faculdade que o espírito tem de evocar e localizar a fenomenologia do passado, como «o ruflar de asas presidia antigamente / aos muitos claros ritos naturais.» É precisamente em “Ruflar de Asas” que o poeta deplora a transformação de um espaço edénico, saturado de vida e esperança, num aterrador deserto sem rumores claros, aspergido de «escaldantes águas com caveira»: «Estamos assim sangrando, / feridos de nulidade. / (...) Quem diria que estes montes de outro tempo / rompidos jazeriam e desertos, / quem diria! // Quem destes campos fizer / a tácita leitura, / não alarme ninguém com os seus gritos. / Dobre-se sobre si / até ao nível final da consciência, / repita em íntimo alarido a lei de Proust, / a lei de Lavoisier, / todas as leis mecânicas, metódicas: / saiba morrer civilizadamente / com máscara, na bicha e a seu tempo.»

Contudo, permanece um resto de esperança, no reconhecimento da culpa de que cabe à nossa mão traçar na página branca do indulto a proclamação que pode mudar o rumo das coisas:

*Se se dissesse: tudo nasceu assim,  
assim deve ficar.  
Mas não, não nasceu o cerejo  
para tão poucos, nem  
o duro castanho para tantos.  
A culpa foi de nós, renunciadores  
de marco em marco.  
Eis a paga, a praga: resta  
este espaço de dizer:  
do cerejo ao castanho (...);  
nele cevamos dentes de aflição.  
Se se dissesse: está escrito. Mas não:  
ninguém escreveu nada, só a nós  
compete a ortografia.*

Não é nosso propósito proceder a uma análise filosófica da noção de tempo. Façamos, simplesmente, uma breve abordagem de matiz histórico. As longínquas raízes deste multifacetado problema surgem-nos nos alvares da cultura clássica, bastando lembrar o actuante conceito de “Chronos” na primitiva mentalidade grega. Mas é posteriormente com Píndaro que a noção se nitidifica e fixa quando proclama: “Senhor de todos os bem-aventurados deuses, o tempo que os supera a todos.” Ou, com Sófocles, que, ao discorrer sobre o mesmo tema, considera o tempo como condicionante do agir do homem: “Tempo, ó tempo, junto com a força das necessidades da vida, conduzes a muitos sábios descobrimentos aos que buscam a perseverança.”

Ante a complexidade desta formulação, limitar-nos-emos, apenas, ao conceito de temporalidade, no reconhecimento deste singelo dizer: se o homem faz a história, não é menos verdade que se lhe submete e a sofre. E sabe-se também dos manuais consagrados ao pensar, que este mesmo homem está inserido num fugidio presente que teima em conservar, mesmo sabendo tratar-se de frágil estádio situado entre um passado irreversível e um porvir onde projecta os seus anseios e aspirações, na tentativa de uma possível inteligibilidade da sua existência.

Situemo-nos nesse “fugidio presente” e tomemos como referência um tempo concreto, histórico, desenrolando-se entre o que perdura e desaparece e que é, com o espaço, no concebimento kantiano, forma pura condicionante do conhecimento humano.

Tempo, tempos vários, fugazes. Originando desatenção do essencial para atendermos ao pulsar do instantâneo, no que nos sacia os sentidos mas nos deixa vazia a alma. Tempos de secura, cresta e estiolamento, sem pausas para

contemplarmos um quadro, ouvirmos uma sinfonia, lermos um poema, ou escutarmos, à sombra de uma árvore, o canto de um pássaro ou de um regato.

A uma leitura pouco atenta, o problema do tempo nas sonoridades desta lira encordada de magníficas fulgurações, pode surgir-nos como uniforme e quase entediante sucessão de instantes: «os dias são tantos, tão iguais!» – «Todo o ano será lenta quaresma» – «Cada dia que passa fico mais cansado / deste repetir monótono diário» – «o desamor das esquinas, a frieza / do cimento, do tempo a mastigação» – «Um ano / custará sempre exactamente / doze vastos meses a passar.»

Mas há outras marcas que importa assinalar. Detenhamo-nos neste fragmento do poema “Os meses”: «Os velhos dizem que é uma roda: / outros uma coisa irrepetível / visitando-nos. São exactamente / 365x24 / horas a arder / nossa candeia.»

E perdura, na estância seguinte, a noção de circularidade do tempo – esse Eterno Retorno que havia de impregnar nostalgicamente a psique dos velhos gregos e, muito mais tarde, a chamejante especulação de Nietzsche –, bem como a de «forno rotativo / trabalhando a fogo lento / até nos rejeitar, tismados, quebradiços, / frágil terracota miscível na terra. / É um redondo mostruário de miséria / mal interrompida.»

Podíamos repetir exaustivamente os exemplos. E acrescentar: os grandes poemas são escritos à margem do tempo. Ou serão, de preferência, um poderoso meio de vencer o tempo? Podemos afirmar, sem sombra de dúvida, a intemporalidade de todo o grande poema – cristal em que passado e futuro prodigiosamente se plasmam, para inaugurarem um perene presente de felicidade.

Ora, no percurso poético de Pires Cabral, o tempo não se reduz a um entablamento de ininterruptos instantes. O poeta, sobrepujando os trabalhos e os dias, criou um espaço fulgurante, cêntrico e litúrgico, indo do caos ao cosmos, que não é regido por pêndulos e calendários incapazes de aprisionarem o profundo fluir da vida. Dotou-o de leis inaugurais, ecos de maravilhamento, que em nós estuam e nos impelem para domínios onde a luz é tão alta e encadeante que só metaforicamente podemos falar de tempo cronológico e espaço geométrico. Tudo ocorre no cadinho órfico das grandes metamorfoses.

Esta soberania permite-lhe ordenar: «De manhã nos perdemos pelos cantos, / exigindo das coisas solidária / atenção, o máximo dos gestos, / um cronómetro preciso para o tempo / azul.” E dar corpo a uma magnífica prosopopeia n’ “O Relógio da Torre”: «descasca-se ao longo de uma vida / num tic-tac de tristeza / e nunca tem saudades das horas que marcou // o tempo corre lento em suas mãos / e nas noites mais frias do inverno / aquece-se saltando de ponteiro em ponteiro.»

Vale a pena, ainda, determo-nos em “Mote e voltas” (sob o signo de “Herbsttag”, de Rainer Maria Rilke), onde o poeta, num admirável e longo poema

lembra ao Altíssimo – que bem pode ser o tempo ou a ausência dele – que a si compete dizer qual será a derradeira hora, já que todas o feriram impiedosamente: «Senhor, vão sendo horas. / Sei bem que o teu relógio / não tem de regular-se pelo meu / nem a tua vontade pela minha. // Mas é justo que seja aquele que sofre / do tempo os enxovalhos / a dizer quando vão sendo horas – // e não tu, Senhor, com quem / o tempo não colide / (decerto porque tu mesmo és o tempo / ou a ausência dele, / e não podes portanto avaliar / quando se nos torna o peso do Verão / desmedido, funesto, vexatório.)».

Mas o poeta vai-nos facultando outras chaves para penetrarmos neste enigma do seu reino lírico: «Nenhuma das tremendas cerimónias / me intimidou (se eu trazia aves!)» – «Fértil é todo o gesto coroadado de aves!» – «(...) Habitam-nos por dentro, as aves. / Por que milagre / ainda quando negras voam branco?» – «Lugar às aves: às que voando / perturbam as vísceras do tempo.»

Neste reino de libertação, erigido pela palavra poética, o tempo é finalmente superado por forças que se assumem como unidade redentora no múltiplo perturbante do existir.

Primeiro as aves, que «ainda quando negras voam branco», como prenúncios de primavera. Depois Abril, mês da sagração da terra, prenhe de deslumbramentos, tão próximo do Amor, dos corpos jovens: «Abril devia ser, pelos sinais. (...) // Era o tempo, meu amor, / de antes que o rio seque, antes do lodo. / Nós imersos nele / e ele eternidade à nossa face.» – «Se temos tempo! Estamos fora dele, / graças à água minúscula que escorre / de corpo para corpo; e não há mais / casta nudez do que esta que nos cobre. / Estamos fora do tempo, estamos fora, / nada faremos para reentrar.»

Finalmente, este elevado poema “Amor” (que parece ser um eco das palavras de Santo Agostinho: “Ama e faz o que quiseses”): «Sê breve nas horas interiores, / mas por fora sê extenso, derramável / qual um rio. O fundamento do amor.» – «(...) Preenchimento pacífico / do tempo. Digo: a / toda a largura do dia.»

O Amor, essa poderosa força mediadora, por fim transcendendo o tempo, que, no dizer autorizado de Dante Alighieri, move o Sol e as mais estrelas.

Se o homem é sempre mais alguma coisa do que aquilo que se sabe acerca dele, como assevera Karl Jaspers, ficaremos sempre com uma visão fragmentária da arquitectura mental desse misterioso caminheiro que, embora enredado nos dédalos dos dias, não deixa de erguer os olhos ao lucilar das mais longínquas estrelas. Até porque o homem continua a ser esse insolúvel problema que surpreendeu Pascal e o levou a formular antinómicas e perturbantes interrogações, num dos seus mais famosos pensamentos: “Que quimera é o homem? Que novidade, que monstro, que caos, que sujeito de contradição, que prodígio! Juiz de todas as coisas, verme imbecil; depositário da verdade, cloaca de incerteza e de erro; glória e nojo do universo. Quem deslinda esta confusão e esta desordem?”

Preferimos ficar, assim, com o discorrer do malogrado Albert Camus: “O homem tem significado e é preciso salvá-lo, num mundo que está privado de significação. Há no homem mais qualidades para admirar do que para desprezar.”

Nesta sequência, tão controverso ente não podia deixar de ter direito a um lugar cimeiro no reino desta poética de elevação, de que temos vindo a empreender uma descolorida abordagem. Tal empenhamento, porém, tem-nos proporcionado crescente admiração e respeito, até perplexidade pela desinquietação/desarrumação com que invadiu a ordem das nossas pequenas verdades cristalizadas.

Regressemos a *Algures a Nordeste*. Façamos uma pausa em “Bernardino Vila Franca”: «Descubramo-nos, digamos: eis o homem / eis a alma e o pão, / eis a aprendizagem do amor!»

Alma, pão, amor – trilogia que em muito transcende a facticidade. Pedras basilares de um humanismo próximo de uma “sapientia” que nobilita o simples acto de viver, numa dimensão superior que é graça e transfiguração.

Segue-se “Os Velhos”, que também são homens, ainda nos invólucros inúteis à beira de serem lixo:

*Porque se demoram  
os velhos de sal no rosto?*

*Sentam-se ao sol, escoram  
o corpo ansiado nas bengalas.  
Comem e riem sem gosto.*

*Entram na igreja e com gengiva nua  
mansamente pedem e adoram.*

*Porque se demoram?  
Que teima é a sua?*

*Porque se demoram?  
Aos tropeções na casa são fastio  
os velhos de tão gasta serventia.*

*O que pensam quando passa mais um dia?  
Porque parece que choram  
sempre seus olhos de frio?*

*Porque se demoram?*

Este altíssimo poema revelador de indiferença e desatenção para com os idosos ajusta-se, à maravilha, ao que imediatamente se segue – “Os Ceifeiros”: «Gargantas secas, o seu canto é um grito / de revolta, um longínquo protesto, / vindo – quem sabe – dos primórdios da raça». Porque estes homens que «cantam roucamente», esquecem-se de que podiam ser «simplesmente humanos como gente», eles que se capacitam «de que nada são capazes, / senão talvez cantar.»

Titãs caídos, enfeudados à terra que em vida os cobre, como sendo íncolas de um mundo de supliciadas sombras.

Ou então os “Emigrantes”, evocados neste notável soneto:

*Com o Douro a sul, quem não desterrará  
da memória dos dias o sal intacto e duro?  
Quem não cultivará o gesto decisivo,  
quem não retirará, quem dirá: aqui moro?*

*Com o Douro a sul, a sul nos fica a vida.  
Para cá do Marão manda o olvido.  
Deixar horas e frutos é doloroso ensaio,  
mas regenera a seiva e obriga a mais amor.*

*Com o Douro a sul, a vida penitente  
em vão nos acomoda. Os dias são furtados,  
o céu escurece cedo, a chuva é devagar.*

*Com o Douro a sul, o que nos fica a norte?  
Só o salto habilita, purifica e refaz.  
Mais tarde. De automóvel. O transitório enlace!*

Para trás ficam as horas coroadas de frutos, mas este abandono «regenera a seiva e obriga a mais amor», tudo polarizado, mais tarde, nos cromados de um automóvel veloz, efémero, espantando a passada na solidão da aldeia deserta.

Ou ainda os ciganos que vêm «dos lados de Grijó em lassa caravana», gente que «procura, de insultos rodeada, / cumprir a sua luta, seu degredo / e sua primitiva vocação.» E que o poeta despe de ultrajes e anátemas ancestrais: «Vejo-os vir dos lados de Grijó / e estão todos de frente para mim / e parecem-me gente – nada mais.»

Ao lermos o belíssimo poema “Corpo” (*Solo arável*) aproxima-se de nós, naturalmente, o “Homo-mensura” de Protágoras, revelado pelo conhecido fragmento: “O homem é a medida de todas as coisas; das que são enquanto são;

das que não são enquanto não são.” Mas, avancemos, sem perdermos de vista o poema em exame: «Olha para o que tens: tanta alegria / no corpo, tanta força / escorrendo ágil de teus gestos. / Visita-te minuciosamente / de um extremo a outro. Nosce / te ipsum, máquina vivente: os / ocultos sítios também. / Sonda, sonda os mínimos lugares / do teu corpo, único de ti / sinal visível. Levanta-o: / facho em quieta combustão, / alumiador da ávida exegese. / O teu corpo não / rejeitarás.» «Não se perca pois o corpo / em corridas incorrectas. (...) nada, nada desprezemos / deste bronze. / Tudo se perca, excepto / do corpo as divinas dimensões.»

No entanto, no último andamento do poema é afirmado: este «corpo, por si só não vale nada». É preciso que repudie o isolamento e se complete com um outro corpo: «Matéria atrai matéria; corpo / corpo / na razão directa de leis incorruptíveis».

Outro alto momento deste singular acto poético, e clarificador do nosso horizonte de reflexão, depara-se-nos em “Último Parêntesis: Discurso Místico”, de *Algures a Nordeste*: “Porque não arrastas a cara pelo chão, / Chorando a ausência do sol do teu país? / Porque constróis aqui os teus castelos? / Tu, que choras sol e inventas pátria, / tu, que outrora foste dor (porém pão) / para o espírito cansado dos mendigos, / como podes deixar aqui o rasto do que foste?»

A este inventor de pátrias, chama o poeta rei e deus, mas estando certo de que, «para além de uma curva de estrada», está condenado a morrer sozinho. E também abandona o sorriso do arremedo desse mesmo deus a quem lembra: «porque sorris quer dizer que estás de acordo / e a vocação de um deus é sempre discordar.»

De todo o modo, rasga-se uma distância interior, ânsia ou inquietação que enche um palco equiparado ao drama de existir, onde as perguntas ficam sem respostas definitivas («Perguntei e não entendi, e só uma voz longe / me respondeu com a cor da vida / e dos olhos das mulheres») e todo o amanhã é ainda um acto inconcludente de recomeço. É o que se infere de “Desesperança”: «Já não sei que mais navios / virão com carga no ventre / abastecer a distância / interior da minha gente.»

«Vão-se os dias úteis resumindo / a débeis cinzas. (...) O sonho: pedregulho / agora inamovível sob o peso das horas”. Tempo de desastre e flagelação. Uma vez feridos de morte os rios e os trigais, toldados os horizontes e emudecidas as aves, o homem, confrontado com uma vastidão de destroços fumegantes, investe a sua privação de passado e a sua impossibilidade de presente, numa débil e oscilante linha de lume de futuro. Parte. Sem saber para onde e ao encontro de quê. No seu íntimo, contudo, pungente, lacerante, a tal distância interior sem carga capaz de abastecer.

Mas, este agente da desesperação e do exílio, não está agrilhado nem rendido.

É ainda o homem do regresso e da esperança, na sua firmeza granítica, «sentado no seu tempo», caldeando no fogo da sua pertinácia os perseguidos rubores do alvorecer:

*Eis porque partimos  
em perseguição da madrugada,  
secos nos detendo em terra  
de ninguém.  
Lembramos: e as romãs? E as romãs  
estão tão longe, tem longas mãos  
de agrários, fundos acenos...*

*Foste tu, iníqua agricultura,  
nosso mais caro sonho de verão.  
Nunca houvessem decretado limites  
à navegação de teus frescos canais...  
Mas voltaremos, verás, para teu conforto  
pastar-te-emos como antes na roda do ano,  
em Abril floriremos nas pereiras.*

#### **4. O metaforismo do rio e do comboio**

Em Setembro de 2006, Pires Cabral foi galardoado com o prestigioso Prémio D. Dinis, concedido pela Fundação da Casa de Mateus, pelos livros *Douro: Pizzicato e chula* (2004) e *Que comboio é este* (2005).

Designa-se o “O Navio dos Loucos” o poema de abertura da primeira obra. E, mal acabamos de o ler, inevitavelmente ocorrem-nos as imagens alucinantes da tela de Hieronymus Bosch, “A Nave dos Loucos”, e damos conta, outrossim, do terceto do poema com a mesma designação, de Sebastian Brant: «Vamos para todo o lado e estamos sempre mal / e nunca encontramos o país ideal, / a terra onde enfim havemos de desembarcar». E ainda da sátira talentosa de Erasmo. Ou, até, da película “A Nave dos Loucos”, baseada no romance de Katherine Anne Porter.

No entanto, os passageiros da embarcação visionada por Pires Cabral pouco ou nada têm em comum com as máscaras animais e contorcidas que partem na nave de Bosch. Trata-se de «alguns poetas / detentores, como todos os da espécie, / do seu pequeno gene de loucura», cuja viagem tem uma finalidade bem definida: irem «ao encontro da última pergunta / que o Douro porventura guarde ainda / por

responder ao miolo das águas», e fazerem «a derradeira tentativa / de também de deciframos a si mesmos».

Naturalmente no expressivo ajuizar de Platão, no *Íon*, pela voz de Sócrates: “Com efeito, o poeta é uma coisa leve, alada, sagrada, e não pode criar antes de sentir a inspiração, de estar fora de si e de perder o uso da razão.”

Para além de uma manifesta personificação do rio, há ainda a água «coisa que hesita / entre vocações: de lago, / espelho ou estrada». E, depois, este surpreendente reconhecimento: «não sinto que subo o rio: / sinto, em vez disso, / que o rio me sobe a mim / por aquela escada mal alumada, / estreita, poucas vezes varrida, / por que se vai ao sótão / para uma birra ou uma nostalgia. // Como se, ao mesmo tempo, / o barco me levasse e não levasse. // Ou fosse o rio alguma / estirpe antiquada de relógio». E há-de revalidar, adiante, esta identitária experiência poética: «Viajando embora por este rio acima, / bem vistas as coisas, / é por mim abaixo que viajo».

Viagem de poetas a galáxias tremulando no seio das águas, que procuram atingir por meio de «metáforas atoadoras». Mas o rio é cioso da sua voz de origens: «para que diabo, Douro, quererás / as intrusas / palavras inquinadas do poeta?» E o voo de uma garça sugere que o ar de repente se funde com a água, «como se os dois elementos desavindos / desde o princípio do mundo / unindo-se gerassem / uma coisa nova / ríspida e não / prevista pelos gregos».

Há vozes primordiais nas funduras do rio, que bem poderiam narrar inseguras e anoitecidas navegações, cruentos dramas, fome de pão e de distância. Fazê-los ouvir, trazê-los à superfície, acaso será o mister do poeta, que reconhece: «Não pedi demasiado à vida / nem a esta viagem: / uma guitarra apenas, uma voz. // Mas o Douro, quando quer, / gela a voz de qualquer um.» Bem como outras estremes manifestações da terra. A arte poética não passa de um balbucio ante os acordes do majestoso órgão da Natureza. É o que nos segreda a leitura desta pequena conta de orvalho matinal:

*Não há poema que valha o oboé  
oculto na voz desta cautelosa  
ave ribeirinha  
que vai monologando numa língua  
que os poetas desconhecem  
– mas se obstinam em arremedar.*

E este tentame de diálogo com os segredos do rio regressa no último e admirável livro de Pires Cabral – *As Têmporas da Cinza*. No poema “Elegia do Douro”, o modo de versejar do «rio do não-olvido» reduz-se a «vigorosos projecteis:

axiomas. // Ou seja: devastadoras, cruas evidências / que nem rajadas de vento. // É essa a fala do rio. / O seu modo de versos. / A única sintaxe com sentido.»

No livro *Que comboio é este* deparamos ainda com uma viagem. Mas, ao invés da que acompanhámos na digressão pelo Douro, sem margens de socacos tingidos de esmeralda, alvos voos de garças, hinos de pássaros sagrando a liberdade. Entra-se no aterrador comboio e apenas se sabe que nos «leva / entre sobressaltos e tumultos / em visita ao miolo da noite». Que estranha viagem esta, ao âmago das trevas, «onde a própria memória dos dias estagnou» e encontramos só «choro e ranger de dentes»!

Um sopro kafkiano percorre a noite, inquieta os espíritos e fá-los assomar às janelas do corpo, num lúcido terror, para que tomem consciência da trágica condição de existir. Este comboio é bem uma metáfora da vida. Entra-se nele como num labiríntico subterrâneo, sem guia e sem lanterna, e toda a interrogação é um quebrar de cabeça contra as grades das trevas, em busca de respostas que apaziguem e que nunca chegam a ser proferidas!

Não é possível dormir, nem perspectivar um prado verdejante para além dos vidros embaciados. Uma viagem que é servida «como dobrada fria». «Ah, que comboio é este, / que comboio, que combate / tão perdido»!

O revisor protesta com o poeta, não lhe considerando válido o bilhete, argumentando não se destinar àquele comboio «mas apenas, quando muito, / para um qualquer tranvia suburbano». “Trata-se de uma autoridade «que a vida, se calhar, / despenteou.» É certo «que manda no comboio, mas devia / lembrar-se que também viaja nele. // Que é, como eu, um passageiro: / dez gramas de pó a haver».

Afigura-se-nos o grande poema revelador do nosso tempo, do absurdo da hora que passa («E a bordo diz-se: este comboio / é um absurdo. // Absurdo é estarmos sentados nele, / olharmos pela janela / e não vermos senão as costas da noite. // Absurdo/ é haver absurdo.»). O homem sempre em busca de firmeza e clareza e esbarrando nas brumas impenetráveis da contingência e da gratuitidade.

Todos vamos de viagem neste estranho comboio («Não há volta a dar-lhe: todos temos / Omaha por destino»), sem bagagem, e quando se depara um pedregulho da linha, entre vento e negrume, «o comboio que espera do lado de lá / é o mesmo comboio e a viagem / a mesma viagem / na mesma direcção.» Quer dizer, não se vislumbra uma única saída.

É que os poetas são as sensíveis antenas desta dramática visita (e voltamos às *Têmporas da Cinza*): «São eles que copiam a noite incessantemente (...) dizem de modo suave / coisas impetuosas, / susceptíveis de causar aluviões // e depois / nunca removem o lodo».

A fechar, só mais algumas palavras. De incitamento à leitura urgente desta

poesia de singular beleza suspensa entre a vida e a morte, a vigília e o sonho, a manhã e a noite, a fonte e a sede. Uma poesia que ressuscita em nós a confiança no homem, na sua aventura transfiguradora através de caminhos que podem conduzir ao plano constelado das grandes anunciações.

Por fim, dizer-vos que caminhei até onde pude nesta alvorada da palavra porejando seiva de música e claridade. Fiz uma abordagem imperfeita, sei-o com amarga convicção, mas esforcei-me por tornar um pouco mais legível um encantatório código poético que atravessa, com raro esplendor, a desolação e desamparo das nossas noites.

# Vilar de Maçada, a Ordem de Malta e a cidade de Massada na Terra Santa

*José Alves Ribeiro*

Tem este singelo artigo a modesta intenção de rever um pouco da história da freguesia donde sou natural e a sua forte e antiga ligação à Ordem de Malta, ordem militar e religiosa também conhecida como Ordem do Hospital ou dos Hospitalários (oficialmente Ordem Soberana e Militar Hospitalária de São João de Jerusalém, de Rodes e de Malta ) e em simultâneo – até por estar com essa ligação relacionada – vir publicamente a defender uma ideia que tenho sobre a origem do nome da minha terra. Ainda corre a ideia de que o nome de Vilar de Maçada, vila do concelho de Alijó, tenha origem no maço de guerra de um herói de Aljubarrota, o fidalgo vilarmaçadense Martim Gonçalves de Macedo Só que esta ideia vem da coincidência e da parecença de nomes, pois a batalha foi em 1385 e já em 1253 D. Afonso III atribui foral a Villar de Massada, lavrado nesse ano em Lamas de Orelhão, aquando de uma visita do Rei e sua côrte a Trás-os-Montes. A minha teoria é outra: o nome de Vilar de Maçada poderá ter origem no nome de uma mítica cidadela da Terra Santa que se denomina precisamente Massada, situada geograficamente no sul da Judeia, numa região semi-desértica, já relativamente perto do Mar Morto. Massada foi importante na história da Judeia pois foi nessa cidadela que se concentrou no ano de 66 uma grande rebelião contra o domínio romano, liderada por Eleazar Ben-Yair e um grupo de cerca de um milhar de resistentes, na maioria da seita dos zelotas, zelotas esses que, mais que os fariseus ou os saduceus, foram sempre os mais inconformados em relação ao domínio romano e à cumplicidade de Herodes com esse mesmo domínio. Esta cidadela,

símbolo da resistência judaica, só foi reocupada pelas hostes romanas no ano 70 depois de um cerco de três anos e de um suicídio colectivo dos judeus, que preferiram a morte a serem humilhados e torturados pelos romanos. Uma das razões de tantas dificuldades por parte dos romanos em número de 15000, chefiados por um Legionário de nome Silva, para além da heróica resistência por parte dos amotinados, é o facto de Massada se situar num promontório alcantilado e quase inacessível, havendo um filme de 1983 com Peter O'Toole e Peter Strauss, denominado Masada, que relata esse episódio histórico, registado pelo coevo historiador judeu Yoseph Ben-Matityahu, mais conhecido por Flavius Josephus, por ter adoptado a cidadania romana. Está na altura de fazer notar a importância de toda esta conjuntura histórica, enquadrada pelo domínio do Império Romano, na própria história de Jesus Cristo, contemporâneo dessa conjuntura, e da cristandade no seu todo. E em que me fundamento para defender que o nome da minha freguesia provém desta cidadela de Massada? Na conhecida grande ligação já muito antiga da povoação à Ordem de Malta, comprovada documentalmente : «...item as cincoenta e três folhas do dito livro foi achado o Julgado de Panoyas, em o qual foi achada a Inquiriçom das Parroquias a saber de São Salvador de Boucoos, e de Santa Maria de Villar de Massada, e de São Miguel de Poyares, com as quais o Hospital tem suas possessões...», excerto do «Livro dos Forais, Escrituras, Doações, Privilégios e Inquirições » do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Neste texto Hospital significa Ordem dos Hospitalários, sendo o texto anterior a 1530, pois só a partir desta data se passou a denominar Ordem de Malta. Essa ligação está também assinalada no brasão da vila, onde figura a cruz de Malta e onde também figura, logicamente, o maço de guerra do herói de Aljubarrota, aliás sepultado no Mosteiro da Batalha por deferência especial do Rei D. João I. Outro forte indicador da ligação a esta Ordem é a existência de dois marcos de comendas desta mesma Ordem em duas quintas desta freguesia. Dá-se também a circunstâncias de haver alguma semelhança na origem do seu nome com outra terra transmontana que também foi pertença de Cavaleiros desta Ordem que é Jerusalém do Romeu. Os Cavaleiros da Ordem de Malta deram a estas duas povoações, seus condomínios, digamos assim, Romeu e Vilar, nomes de locais da Terra Santa a que estiveram ligados nas cruzadas. Já vimos que Poiars, actualmente no concelho do Peso da Régua e Mouços, em terminologia antiga Boucoos, no concelho de Vila Real, também foram pertença dos seus vastos domínios, havendo pelo país fora muitíssimas outras povoações, cidades, vilas e aldeias ligadas historicamente a esta Ordem, como também existem outras ligadas à Ordem de Cristo – antiga Ordem dos Templários – ou à Ordem de Santiago. Quanto à de Malta, também denominada dos Hospitalários ou de S. João de Jerusalém ou ainda de S. João de Rodes, podemos referir as seguintes: Crato, vila e sede de concelho

no distrito de Portalegre, sendo o prior da Ordem e por inerência o próprio prior do Crato; Malta, no concelho de Vila do Conde; Malta no de Macedo de Cavaleiros; Guilherme no de Trancoso; Falagueira no da Amadora; Alcafache no de Mangualde; Santa Eulália no de Lousada; Santão no da Lixa; Fregim no de Amarante; Granja-da-Paradela no de Odivelas; Cortegaça no de Mortágua; Figueiró-da-Serra no de Gouveia; Frossos no de Abergaria-a-Velha; Pontével no concelho do Cartaxo e, para além de muitas outras, Oliveira do Hospital. Quanto a esta cidade do distrito de Coimbra, o nome provém precisamente de Hospitalários, designação mais antiga desta Ordem. Já agora um resumo da sua história : foi fundada em 1099 em Jerusalém, na época das cruzadas, como congregação beneditina e esteve desde logo ligada ao apoio aos peregrinos que demandavam a Terra Santa e ao hospital de S. João Baptista fundado naquela cidade e mantido com doações de Godofredo de Bulhão. No início do século XII, mais precisamente em 1113, foi instituída pelo Papa Pascoal II como congregação religiosa com o título de S. João e em 1120 sob a liderança do grão-mestre o fidalgo francês Raimundo de Puy passou a ser também ordem militar. Com a tomada da palestina pelos muçulmanos, passou a operar a partir da ilha de Rodes em 1312 – daí o nome que também usa de Ordem de S. João de Rodes – passando a designar-se Ordem de Malta, apenas a partir de 1530, ano em que se estabeleceu na ilha de Malta, doada pelo imperador e Rei de Espanha Carlos V, casado com Dona Isabel, uma princesa portuguesa filha de D. Manuel I. No nosso país, dentre muitos outros patrimónios, foi desta ordem o Castelo de Belver, no distrito de Portalegre, Mosteiro de Leça do Balio e o Priorado do Crato. Aliás o Prior da Ordem era por inerência o Prior do Crato e há aqui que relembrar a importância na nossa história de D. António Prior do Crato, neto de D. Manuel I, filho do Infante D. Luís, que também tinha sido Prior do Crato. É que D. António fora pretendente ao trono na crise sucessória de 1580 e lutou bastante por tal, chegando a ser proclamado Rei em Santarém em Julho de 1580. Se tivesse conseguido esse seu patriótico objectivo o nosso país teria escapado ao domínio castelhano de 1580 a 1640.

Quanto aos marcos que referimos no início deste artigo, são denominados marcos de comendas e assinalavam os domínios que a Ordem como Instituição, ou seus altos dignitários, possuíam ou neles detinham direitos a foros ou rendas. No Alto Douro Vinhateiro são muitas vezes confundidos com os marcos pombalinos, mas geralmente não apresentam a data e são típicas as cruzes que os identificam, havendo marcos com a cruz de Cristo – a cruz das caravelas – assinalando domínios da Ordem de Cristo, antiga Ordem dos Templários, transformada em Ordem de Cristo por D. Dinis em 1319 – e outros têm gravada a cruz de oito pontas, bem característica da Ordem de Malta, sendo essa que está bem visível nos dois marcos de comendas da freguesia de Vilar de Maçada,

curiosamente num em baixo relevo, noutro entalhada no granito, sendo neste último bem visíveis as referidas oito pontas da cruz de Malta. A origem mais provável da forma desta cruz com oito pontas é que seria tirada de uma sigla muito usada pelos primeiros cristãos como identificação e gravada em inúmeros locais, igrejas, capelas e outros monumentos por todo o Médio Oriente por onde os cavaleiros iam campeando na saga das cruzadas, sigla essa de que anexo uma foto tirada em Efeso, na actual Turquia. Por coincidência, ou talvez não, também são oito as províncias ou «línguas» em se organiza a Ordem na Europa, três francesas, duas espanholas, uma italiana, uma alemã e uma inglesa. Também há quem relacione com as oito bem aventuranças do sermão da montanha mas deverão ser tudo meras coincidências. Em anexo seguem as fotos do brasão da vila, dos dois marcos de comendas existentes na freguesia e do cartaz do filme sobre a história da cidadela de Massada na Judeia, onde Herodes, o Grande, o reconstrutor do famoso Templo de Jerusalém (mais tarde destruído pelas legiões do Imperador romano Tito no ano de 70) mandara construir uma fortaleza e um palácio de que ainda restam algumas ruínas, como se pode observar nas fotos anexas.

Esperando que estas notas possam ser um tema para um possível debate, fico à disposição dos nossos leitores.

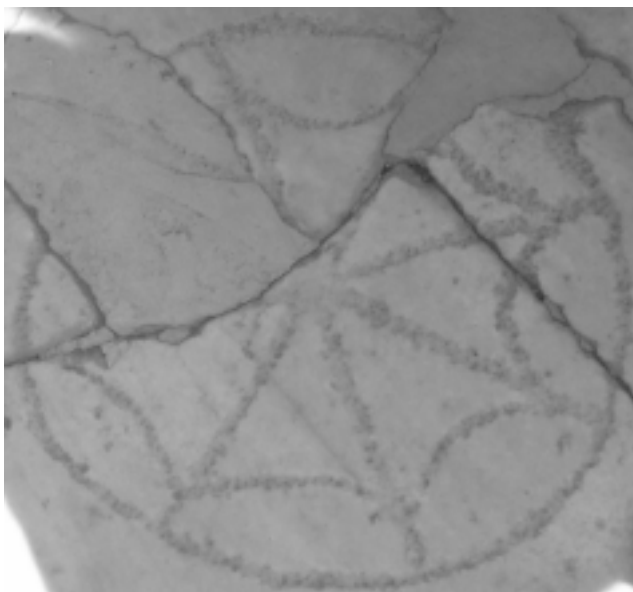
*Outubro de 2008*



Brasão da vila de Vilar de Maçada



Marcos de comendas da Ordem de Malta na freguesia de Vilar de Maçada. concelho de Alijó: Quinta dos Marinhos em Cabeda, à esquerda, e Quinta da Gaiteira em Sanradela, à direita



Sigla dos antigos cristãos gravada numa pedra calcária em Éfeso



## Sumário

• <i>Tellus</i> n.º 50	
A. M. Pires Cabral . . . . .	3
• Eurico Figueiredo, “Guerrilheiro sentimental”	
António Barreto . . . . .	5
• Uma evocação singela de Manuel Hermínio Monteiro	
Celestino José Fernandes da Silva . . . . .	9
• <i>O Bairro de Santa Margarida</i> (2)	
— <i>Fotografias de Duarte Carvalho</i> . . . . .	15
• Thomas Bunbury — Memórias de Vila Real (1814-1816)	
Elísio Amaral Neves. . . . .	24
• Sepulturas escavadas nas rochas no concelho de Vila Real	
Joana Filipa Tuna de Almeida . . . . .	39
• Abordagem à poesia de A. M. Pires Cabral	
João de Sá . . . . .	69
• Vilar de Maçada, a Ordem de Malta	
e a cidade de Massada na Terra Santa	
José Alves Ribeiro . . . . .	88

---

### *Tellus*, n.º 50

Revista de cultura trasmontana e duriense

Director: A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Vila Real, Junho de 2009

Tiragem: 350 exemplares

ISSN: 0872 - 4830

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. - Vila Real

Os artigos assinados são da responsabilidade dos respectivos autores.

Embora dispensando-lhes a melhor atenção, TELLUS não se obriga a publicar quaisquer originais.

Autoriza-se a transcrição, no todo ou em parte, do material contido neste número, desde que citada a origem.

TELLUS encara favoravelmente quaisquer modalidades de permuta e/ou colaboração com outras publicações nacionais ou estrangeiras.

TELLUS faculta aos seus colaboradores a tiragem de separatas dos seus artigos, correndo as despesas por conta daqueles.



